

CONSOLIDAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO DA COMPANHIA, COM 95% EM 2016 E 88% EM 2017 DA ENERGIA DISPONÍVEL JÁ COMERCIALIZADA

Comentários do Sr. Francisco Morandi
 Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Barueri, 23 de fevereiro de 2016 - A AES Tietê Energia S.A. (BM&FBovespa: Tiet11) anunciou hoje os resultados referente ao ano de 2015. As informações operacionais e financeiras, para fins de comparabilidade, exceto quando indicadas de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados da AES Tietê S.A. ("AES Tietê" ou "Companhia"), antes da reestruturação societária, e dados consolidados da Companhia Brasileira de Energia ("Cia Brasileira") que após a reestruturação foi nomeada AES Tietê Energia, de acordo com a legislação societária.

Em 31 de dezembro de 2015, foi concluída a reestruturação societária da AES Tietê S.A.. Esta se deu por meio da cisão parcial da Cia Brasileira, sendo o acervo cindido transferido para a Brasileira Participações S.A. ("Brasiliana Participações"). A Cia Brasileira passou a deter diretamente o controle exclusivo da AES Tietê e a Brasileira Participações passou a deter o controle, direto ou indireto, de todas as demais empresas ("Acervo Cindido") - AES Eletropaulo, AES Elpa, AES Uruguiana e AES Serviços). Na etapa subsequente, a AES Tietê foi incorporada pela Cia Brasileira, sendo esta última a entidade legal remanescente e cuja denominação social foi alterada para AES Tietê Energia.

O ano de 2015 foi mais um ano desafiador para o setor elétrico. A retração do consumo de energia no país, a recuperação parcial da hidrologia e a queda do preço spot médio tiveram grande influência na variação positiva do lucro líquido e na queda acentuada dos custos e despesas operacionais no comparativo entre os anos de 2015 e 2014.

A recuperação parcial da hidrologia combinada com a redução do teto do PLD resultou em uma queda de 76% do preço spot médio do SE/CO, que foi de R\$ 688,89/MWh em 2014 para R\$ 287,20/MWh em 2015, causando uma queda dos custos e despesas operacionais (descontando depreciação) de 47% no comparativo entre os períodos.

Estes fatores levaram à menor exposição da Companhia ao rebaixamento no Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"), que foi de 7,1% no 4T15 (ante 12,2% no 4T14). Entretanto, ao analisar o rebaixamento acumulado, é possível observar um aumento, com 15,8% em 2015 (versus 9,3% no ano anterior).

A receita, entretanto, sofreu queda, principalmente por conta da redução de venda de energia no mercado de curto prazo.

A Companhia apurou um EBITDA positivo de R\$ 1.401,9 milhões e encerrou o ano com um lucro líquido de R\$ 726,3 milhões (53% do EBITDA registrado em 2014, de R\$ 917,9 milhões, e 62% acima do lucro acumulado de 2014 de R\$ 449,3 milhões).

O lucro líquido das operações continuadas da AES Tietê Energia totalizou R\$ 738,8 milhões em 2015 (79% acima do lucro acumulado de 2014), assim a AES Tietê Energia propõe a distribuição adicional de R\$ 463,8 milhões de dividendos para o ano de 2015, correspondentes a 99,1% do lucro líquido de 2015.

Considerando os altos níveis de contratação nos anos de 2016 e 2017 (95% e 88% respectivamente), a Companhia mantém sua estratégia de comercialização de energia, com maior foco nas contratações a partir de 2018. No 4T15, a Companhia negociou ~140 MWh, com preço de prazos médios de R\$ 152/MWh e 3 anos, respectivamente, para entrega a partir de 2016.

Teleconferência de resultados

Código conferência: Tietê
Conexão: Brasil: +55 11 3193 1001
 +55 11 2820 4001
 - EUA: + 1 888 700 0802

Slides da apresentação e áudio estarão disponíveis em: <http://ri.aestiete.com.br>

Índice

DESTAQUES DE 2015	2
CONTEXTO SETORIAL	3
PARQUE GERADOR	6
DESEMPENHO DO SETOR	8
DESEMPENHO OPERACIONAL	12
DESEMPENHO COMERCIAL	13
DESEMPENHO FINANCEIRO	16
PROVENTOS	25
DESEMPENHO SOCIAMBIENTAL	31
DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS	32
ENGAJAMENTO DE PÚBLICOS DE RELACIONAMENTO	34
GOVERNANÇA CORPORATIVA	35
ANEXOS / GLOSSÁRIO	38

AES Tietê S.A. (R\$ milhões)	2014	2015	Var (%)
Receita Bruta	3.431,0	2.779,2	-19,0%
Receita Líquida	3.205,0	2.625,8	-18,1%
Custos e Despesas Operacionais*	923,7	232,9	-74,8%
EBITDA	917,9	1.401,9	52,7%
Margem EBITDA - %	28,6%	53,4%	24,8
Lucro Líquido	449,3	726,3	61,6%
Margem Líquida - %	14,0%	27,7%	13,6
Patrimônio Líquido	1.364,5	1.943,3	42,4%
Dívida Líquida**	1.121,6	644,9	-42,5%
Geração de caixa operacional	1.187,3	1.248,2	5,1%

*não inclui depreciação.

**dados de 2015 referem-se à AES Tietê Energia S.A.

Índices	2014	2015	Var (%)
Lucro Líq*** / PL (vezes)	0,3x	0,4x	13,5%
Dívida Líquida/ PL (vezes)	0,8x	0,3x	-59,6%
Dívida Líquida/ EBITDA** (vezes)	1,2x	0,5x	-62,4%
EBITDA/ Desp.Financ. (vezes)	7,5x	6,9x	-8,7%

*** últimos 12 meses

Dados Operacionais	2014	2015	Var (%)
Energia Gerada - GWh	7.431,1	7.897,1	6,3%
Preço Contrato Bilateral**** (R\$/MWh)	227,6	191,9	-15,7%
Investimentos - R\$ milhões	185,9	105,6	-43,2%
Colaboradores próprios	344	350	1,7%

**** Contrato com AES Eletropaulo

Tiet11 (UNIT): R\$ 14,54 (23/02/2016)

VALOR DE MERCADO: R\$ 5.547 milhões

VALOR DE MERCADO: US\$ 1.398 milhões

DESTAQUES 2015

Hidrologia

- ↑ Afluência na região SE/CO em 2015 de 84,5% do MLT (vs. 69,5% em 2014) e de 105,1% da MLT no 4T15 (vs. 74,3% em 4T14)
- ↑ Nível de reservatórios do SIN encerrou 2015 em 29,3% (vs. 22,4% em 2014) e dos reservatórios da AES Tietê em 65,4%, (vs. 34,7% em 2014)
- ↓ Rebaixamento médio do MRE de 15,8% em 2015 vs. 9,3% em 2014 e 7,1% no 4T15 vs. 12,2% no 4T14

Comercial

- ↑ Celebração de novos contratos com comercialização de energia de ~140MWm no 4T15 com prazo de 3 anos e preço médio de R\$ 152/MWh, para entrega a partir de 2016
- ↑ O portfólio de energia contratada totalizou 95% e 88% da energia disponível da Companhia para 2016 e 2017, respectivamente

Reorganização Societária

- ↑ Conclusão da operação societária em 31 de dezembro de 2015
- Simplificação do processo decisório da Companhia, via novo Acordo de Acionistas entre AES e BNDESPAR
- Migração da AES Tietê Energia para Nível II de Governança Corporativa da BM&FBovespa
- Consolidação da negociação de units (TIET11) em 04 de janeiro de 2016

Financeiro

AES Tietê

- ↓ Receita líquida de R\$ 2.266 milhões em 2015; 18% inferior a 2014, devido, principalmente ao menor volume e preço de energia vendida no mercado de curto prazo
- ↑ Custos e despesas operacionais, excluindo depreciação, totalizaram R\$ 1.224 milhões no ano, 46% inferior aos R\$ 2.287 milhões registrados em 2014
- ↑ PMSO gerenciável totalizou R\$ 197 milhões em 2015, variação de 2% vs. 2014 (R\$ 193 milhões), abaixo da inflação do período
- ↑ EBITDA de R\$ 1.402 milhões em 2015 vs. um EBITDA de R\$ 918 milhões em 2014 e lucro líquido de R\$ 726 milhões em 2015 vs. R\$ 449 milhões em 2014

AES Tietê Energia

- ↑ EBITDA das operações continuadas de R\$1.389 milhões em 2015 vs. um EBITDA de R\$914 milhões em 2014 e lucro líquido operações continuadas² de R\$739 milhões em 2015 vs. R\$ 413 milhões em 2014
- ↑ Remuneração aos Acionistas: Proposta de R\$ 463,8 milhões de dividendos para 4T15
- ↑ Dividend yield de 5,3% e payout de 99,3% em 2015

Reconhecimentos e Socioambiental

- ↑ Companhia integra carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial de 2015
- ↑ Prêmio Eloy Chaves 2015: medalha de ouro reconhecendo a Companhia como uma das melhores empresas de energia elétrica do Brasil na área de Saúde e Segurança do Trabalho
- ↑ Em 2015, a Companhia investiu, R\$ 1,4 milhão com ações de segurança em campanhas, treinamentos e outros

CONTEXTO SETORIAL

GERAÇÃO HIDRELÉTRICA NO BRASIL

A energia produzida pelas geradoras no Brasil é destinada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), que é formado por usinas geradoras das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e de parte da região Norte do País. De acordo com o Operador Nacional do Sistema (ONS), apenas 1,7% da capacidade de produção de energia elétrica do Brasil encontra-se fora do SIN, em pequenos sistemas isolados, localizados principalmente na Região Amazônica. As atividades de coordenação e controle da operação são executadas pelo ONS, que procura manejar o estoque de energia de forma a garantir a segurança em todo o País.

As variações climáticas podem ocasionar excedentes ou escassez de produção hidrelétrica em determinadas regiões e em determinados períodos do ano, uma vez que o volume de energia gerado pelas usinas hidrelétricas depende da hidrologia para acumulação de água em seus reservatórios. O SIN possibilita que toda energia gerada no sistema seja transmitida e distribuída da forma mais adequada por todo o País, permitindo a troca de energia entre as regiões, além de obter benefícios da diversidade das bacias hidrográficas.

De acordo com as regras do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), o volume total de energia gerada pelas usinas hidrelétricas participantes desse mecanismo é alocado para cada usina, de forma proporcional aos seus respectivos níveis de garantia física¹ (ou energia assegurada). Essa alocação busca garantir que todas as usinas participantes do MRE atinjam seus níveis de energia assegurada, independentemente dos níveis reais de produção. Se, após a etapa acima ter sido cumprida, todos os membros do MRE atingirem seus níveis de garantias físicas e ainda houver saldo de energia produzida, o adicional da geração, denominado “Energia Secundária”, é alocado proporcionalmente entre os geradores.

Da mesma forma, quando a geração de energia for inferior à garantia física das usinas do SIN, tal déficit também é rateado, proporcionalmente, entre os participantes do MRE, através do *Generation Scaling Factor* (GSF), efeito este conhecido como “Rebaixamento” da garantia física no MRE, podendo resultar em exposições ao mercado de energia de curto prazo ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Nas duas situações acima também pode ocorrer da alocação de energia no MRE se dar em um submercado distinto daquele onde a energia é gerada, o que pode ou não criar exposições à diferença entre o PLD dos submercados onde a usina se localiza e onde a energia é alocada. Tais exposições, sejam positivas ou negativas, estão sujeitas a um mecanismo de alívio financeiro e podem ser reduzidas ou eliminadas, dependendo da contabilização de curto prazo do mês em que se configurem.

Além disso, as usinas despachadas pelo ONS estão sujeitas à aplicação do Mecanismo de Redução de Garantia Física (MRA). O MRA verifica se as usinas participantes do MRE cumpriram ou não os requisitos de disponibilidade estabelecidos. Estes cálculos são feitos considerando os parâmetros de interrupções programadas e forçadas, verificados em relação aos parâmetros de referência da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e, caso sejam descumpridos os requisitos de disponibilidade pelas usinas, a garantia física será ajustada podendo gerar exposições ao mercado de energia de curto prazo.

Os efeitos do MRA, de alocações do MRE, redução do GSF ou energia secundária são calculados e contabilizados por meio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

A comercialização de energia, de acordo com as regras vigentes, é realizada em dois ambientes: Ambiente de Contratação Livre (ACL) e Ambiente de Contratação Regulada (ACR). No Ambiente de Contratação Livre (ACL), os contratos de compra e venda de energia elétrica são negociados entre geradores, comercializadores e consumidores livres e especiais. Estes contratos podem ser de curto, médio ou longo prazos e o preço e o volume são negociados livremente entre as partes envolvidas.

¹ A garantia física, calculada pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e pela ANEEL para cada usina hidrelétrica, é a quantidade de energia que uma usina tem o direito de comercializar por meio de contratos de longo prazo.

Considerando o vencimento em dezembro de 2015 do contrato de energia com a AES Eletropaulo, a AES Tietê iniciou em 2012 sua estratégia de comercialização de energia para negociar a maior parcela de sua energia disponível no ACL. O acompanhamento dessa estratégia está detalhado na seção “Estratégia de Comercialização de Energia e Outros Contratos Bilaterais” deste release.

No Ambiente de Contratação Regulada (ACR), a venda da energia ocorre somente por meio de leilões de compra e venda de energia promovidos pela CCEE, sob a delegação da ANEEL. Os contratos negociados nesse ambiente são denominados de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR) e as condições contratuais são reguladas pela ANEEL. O preço desses contratos é estabelecido a cada leilão de energia.

Os contratos celebrados nestes ambientes são liquidados e contabilizados pela CCEE. Além disso, a CCEE contabiliza a energia produzida pelas usinas participantes do MRE e a garantia física disponibilizada à contratação e a eventual diferença é liquidada no mercado spot (ou mercado de curto prazo). O objetivo inicial dessa liquidação é atender ao MRE e as geradoras que não conseguiram produzir energia suficiente para suprir os seus contratos de energia. Em um segundo momento, caso haja excedente de geração, a energia gerada (energia secundária) pode ser liquidada no mercado spot ao PLD.

REGULAÇÃO

Revisão da Garantia Física dos Empreendimentos Hidrelétricos

A determinação da garantia física é de fundamental importância aos agentes do setor elétrico.

De acordo com o Decreto 5.163, de 30 de julho de 2004, no seu artigo 2º, § 2º a garantia física de energia de um empreendimento de geração, definida pelo Ministério de Minas e Energia (“MME”) e constante do contrato de concessão ou ato de autorização, corresponderá às quantidades máximas de energia associadas ao empreendimento, que poderão ser utilizadas para comercialização.

Por sua vez, o artigo 4º, § 1º do mesmo Decreto determina que o MME, mediante critérios de garantia de suprimento propostos pelo Conselho Nacional de Política Energética (“CNPE”), disciplinará a forma de cálculo da garantia física dos empreendimentos de geração, a ser efetuado pela Empresa de Pesquisa Energética (“EPE”), mediante critérios gerais de garantia de suprimento.

À luz dos referidos dispositivos, a Portaria MME nº 303, de 18 de novembro de 2004, definiu a metodologia de cálculo das garantias físicas dos empreendimentos de geração de energia elétrica e estabeleceu no § 2º do seu artigo 1º que os montantes das garantias físicas dos empreendimentos de geração hidrelétrica, exceto Itaipu Binacional, corresponderiam aos vigentes na data de sua publicação, e seriam assim mantidos até 31 de dezembro de 2014.

No entanto, em 30 de dezembro de 2014 foi publicada a Portaria MME nº 681 na qual o MME determinou que as garantias físicas de usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente no SIN, inclusive Itaipu, permaneceriam válidas até 31 de dezembro de 2015. Essa portaria também estabeleceu a criação de grupos de trabalho formados por representantes do MME, agências reguladoras do Poder Executivo e de instituições representativas do Setor Elétrico, com o objetivo de discutir a metodologia e os modelos necessários à revisão ordinária das garantias físicas dessas usinas.

Segundo cronograma disponibilizado pelo MME, no âmbito dessa Portaria, a expectativa era que toda a metodologia, simulações e definições das garantias físicas fossem determinadas até final de outubro de 2015. No entanto, alguns parâmetros a serem utilizados no cálculo da garantia física estavam pendentes de definição para que a metodologia fosse consolidada. Assim, somente em 17 de novembro de 2015, foi publicada Portaria MME nº 544/2015 submetendo a nova metodologia de cálculo de Garantia Física de UHEs à Audiência Pública até 24 de janeiro de 2016. Esta ainda não teve seu resultado divulgado.

Limites máximo e mínimo do PLD - Resolução Homologatória nº 2002/2015

Anualmente, no mês de dezembro, a Aneel estabelece os limites máximos e mínimos do PLD que vigorarão durante o ano seguinte. O PLD máximo é calculado com base no CVU mais elevado de uma Usina Termelétrica em operação comercial, a gás natural, contratada por meio de CCEAR. Para o cálculo do PLD mínimo consideram-se as estimativas de custos de geração da UHE Itaipu e os custos necessários

para manter e operar os empreendimentos hidrelétricos, os encargos e a CFURH - Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

Em 22 de dezembro de 2015, foi publicada a Resolução Homologatória nº. 2002/2015, que estabeleceu os limites máximo e mínimo do PLD, para o ano de 2016. Para 2016, PLD mínimo foi estabelecido em R\$ 30,25/MWh, com base nos custos de operação das usinas cotistas, adicionado à CFURH.

O PLD máximo para 2016, foi estabelecido em R\$ 422,56/MWh com base no Custo Variável Unitário (CVU) da usina termelétrica Mário Lago, determinada como térmica de referência.

Impactos da retração de geração hidroelétrica no MRE - GSF

Conforme anteriormente referenciado, o despacho hidrelétrico é definido pelo ONS, cujo modelo de despacho tem como objetivo principal o atendimento da carga e minimização do custo total de operação do sistema.

Os geradores hidroelétricos devem manter suas usinas disponíveis para despacho pelo ONS e não têm controle sobre o nível de energia gerada. Desta forma, o risco resultante desse modelo de operação centralizada é compartilhado apenas entre os geradores hidrelétricos por meio do MRE.

No entanto, considerando a mudança da matriz energética, com maior participação de usinas termelétricas, geração de reserva (eólicas e biomassa principalmente), ou então fatores fora do controle dos geradores, tais como o despacho fora da ordem de mérito, retração do consumo e a importação de energia de países vizinhos, os geradores hidrelétricos ficam expostos, de forma involuntária, a um risco hidrológico muito superior ao previamente considerado em suas estratégias de contratação.

Assim, desde o final de 2013, a geração das usinas hidrelétricas participantes do MRE tem sido menor do que as suas respectivas Garantias Físicas, resultando em uma variável das regras de comercialização do GSF menor do que 1, que indica o nível de rebaixamento das garantias físicas para efeito da contabilização do mercado de curto prazo. A expectativa é que este valor possa trazer um impacto econômico de até R\$ 22 bilhões no ano de 2015 desconsiderando o efeito de liminares, em função da hidrologia adversa e retração do consumo.

As recentes liminares obtidas por agentes do setor elétrico limitaram ou neutralizaram o impacto do deslocamento hidrelétrico para algumas usinas pertencentes ao MRE. A Associação dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE) obteve em 1º de junho de 2015, liminar favorável a todas as geradoras hidrelétricas abarcadas pela associação, entre elas a AES Tietê, que impede que tal deslocamento hidrelétrico seja alocado aos geradores detentores da liminar nas próximas liquidações. Ressalta-se que os resultados registrados pela Companhia em 2015 possuem um impacto negativo do GSF, que totalizou 15,8% no ano.

Repactuação do GSF

Havia duas propostas para repactuação do risco hidrológico: ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e ACL (Ambiente de Contratação Livre). A Companhia se enquadrava no ACL, contudo decidiu por não aderir à proposta uma vez que não fez sentido econômico. É importante destacar que nenhum outro gerador aderiu a proposta à ACL.

Foi questionada à ANEEL a possibilidade da Companhia aderir à proposta no ACR, considerando a sua participação no Leilão A-1 em dezembro de 2015, com suprimento de energia a partir de janeiro de 2016. Entretanto, a ANEEL considerou que a Companhia não seria elegível pois o contrato vendido no referido Leilão iniciou em 2016, o que não assegurava o ressarcimento dos impactos do risco hidrológico referentes ao ano de 2015.

Os próximos passos incluem discussões com o regulador sobre a necessidade de expurgar do cálculo do GSF, o despacho térmico fora da ordem de mérito, de acordo com a Lei 13203/2015.

PERFIL

RESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA / ESTRUTURA ACIONÁRIA

No dia 03 de junho de 2015 a AES Tietê S.A., em conjunto com a Cia Brasileira, publicou Fato Relevante na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) informando o mercado sobre uma proposta de Reorganização Societária envolvendo essas companhias e as sociedades direta e indiretamente controladas pela Cia Brasileira.

A proposta de reestruturação foi submetida à aprovação dos órgãos societários competentes da AES Tietê e Cia Brasileira, bem como à aprovação das autoridades reguladoras, conforme aplicável, e, em 31 de dezembro todas as condições suspensivas da reorganização foram implementadas.

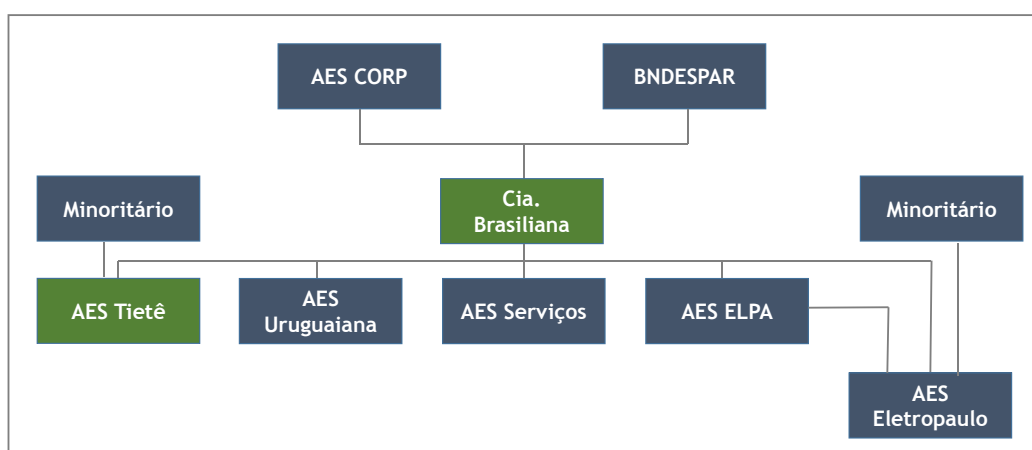
Desta forma em 31 de dezembro de 2015, o processo de reorganização foi efetivado. A reorganização foi realizada por meio da cisão parcial da Cia Brasileira e sendo o acervo cindido transferido para a Brasileira Participações S.A.. A Cia Brasileira passou a deter diretamente o controle exclusivo da AES Tietê e a Brasileira Participações S.A. passou a deter o controle, direto ou indireto, de todas as demais empresas (“Acervo Cindido” - AES Eletropaulo, AES Elpa, AES Uruguaiana e AES Serviços). Na etapa subsequente, a AES Tietê foi incorporada pela Cia Brasileira e conseqüentemente foi extinta, sendo esta última a entidade legal remanescente e cuja denominação social foi alterada para AES Tietê Energia.

Com a reorganização societária, um novo acordo de acionistas foi assinado entre AES Holdings Brasil e BNDESPAR Participações S.A (“BNDESPAR”). O acionista controlador direto da AES Tietê Energia continua a ser a AES Holdings Brasil. A AES Tietê Energia é indiretamente controlada pela The AES Corporation (“AES Corp”).

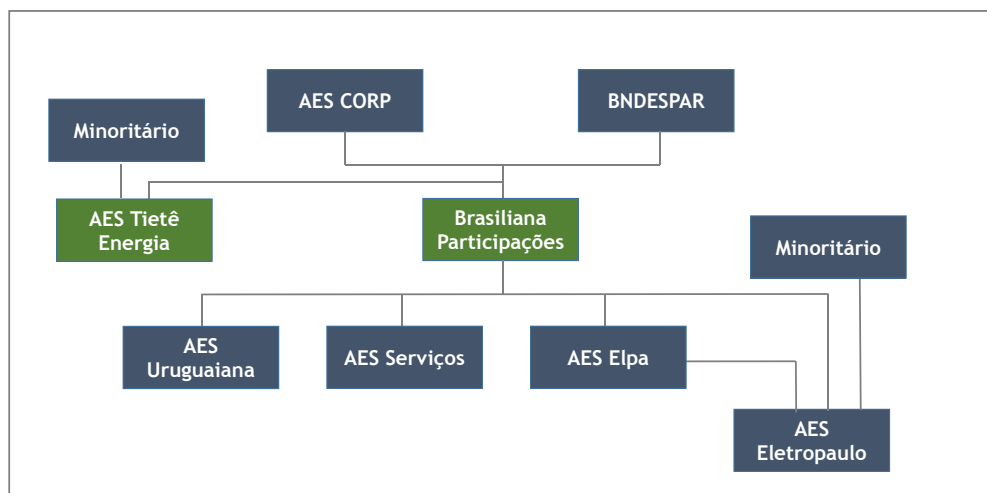
A reorganização societária teve como principais objetivos (i) fortalecer a AES Tietê Energia como plataforma de crescimento exclusiva do grupo AES no Brasil, no segmento de geração de energia elétrica no Brasil; (ii) aprimorar a Governança Corporativa da AES Tietê Energia, por meio da migração para Nível 2 da BM&Fbovespa (100% tag along); (iii) consolidar a liquidez com a criação de Units (1ON e 4PN); e (iv) simplificar e criar maior dinamismo do processo decisório, com um novo acordo de acionistas.

A seguir, resumo da estrutura societária antes e após a conclusão da Reestruturação Societária descrita acima.

Estrutura antes da Reorganização Societária



Estrutura após a Reorganização Societária



Em 31 de dezembro de 2015, o capital social subscrito e integralizado da AES Tietê Energia é de R\$262,0 milhões, representado por 751.093.534 ações ordinárias e 1.155.173.928 ações preferenciais, com um *free float* total de 180.923.473 conforme demonstrado a seguir. Ao final do exercício, a AES Tietê Energia contava com aproximadamente 19,6 mil acionistas.

Acionista	ON	%	PN	%	Units	% Total
AES Holdings Brasil (AES Corp)	462.300.052	61,55%	-	0,00%	-	24,25%
BNDESPar	107.870.009	14,36%	431.480.036	37,35%	107.870.009	28,29%
Outros (Free Float)	180.923.473	24,09%	723.693.892	62,65%	180.923.473	47,45%
Total	751.093.534	100%	1.155.173.928	100%	288.793.482	100%

Em 31/12/2015

PARQUE GERADOR

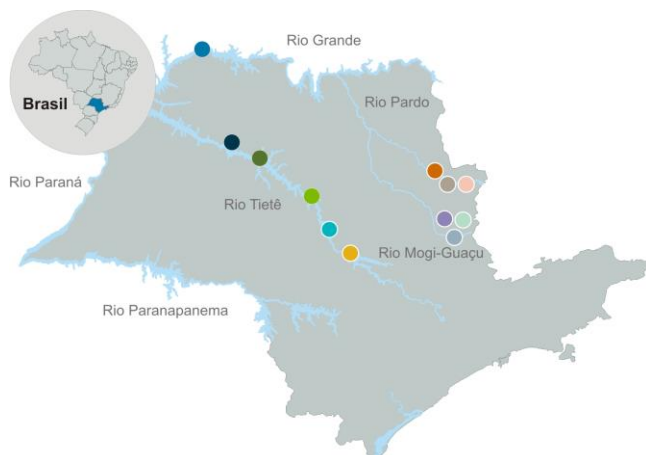
Até 31 de dezembro de 2015, a Cia Brasileira era uma sociedade por ações de capital aberto e tinha por objetivo exercer o controle de sociedades que atuam majoritariamente no setor de geração e distribuição de energia elétrica. Suas principais controladas eram: AES Elpa S.A. ("AES Elpa"), Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("AES Eletropaulo"), AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. ("AES Uruguaiana"), AES Tietê e AES Serviços TC Ltda. ("AES Serviços"), mediante participação direta ou indireta no capital dessas sociedades.

A AES Tietê Energia, após a Reestruturação acima mencionada, assumiu as atividades da AES Tietê e passou a ser uma das geradoras do grupo AES Brasil. A AES Tietê Energia é uma companhia de capital aberto com ações listadas na BM&FBovespa e está autorizada a operar como concessionária de uso do bem público, na geração e comercialização de energia elétrica e na condição de produtor independente de energia.

Com um parque gerador formado por nove usinas hidrelétricas e três pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), a AES Tietê Energia atua no Brasil desde 1999 na geração e na comercialização de energia elétrica. A Companhia tem capacidade instalada de 2.658 MW e garantia física bruta de 1.278 MW.

As concessões das usinas hidrelétricas da AES Tietê e da PCH Mogi-Guaçu vencem em 2029 e as PCHs São José e São Joaquim possuem autorização para operarem até o ano de 2032.

As usinas da AES Tietê estão localizadas nos Rios Tietê, Pardo, Grande e Mogi-Guaçu, conforme demonstrado no mapa a seguir:


Usinas da AES Tietê Energia:

● Água Vermelha (1.396 MW)	● Ibitinga (132 MW)
● Nova Avanhandava (347 MW)	● Euclides da Cunha (109 MW)
● Promissão (264 MW)	● Caconde (80 MW)
● Bariri (143 MW)	● Limoeiro (32 MW)
● Barra Bonita (141 MW)	● PCH Mogi-Guaçu (7 MW)
● PCH São Joaquim (3 MW)	● PCH São José (4MW)

As 12 usinas da AES Tietê possuem licenças ambientais de operação obtidas e válidas. Duas delas - Água Vermelha e Caconde - são licenciadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (“IBAMA”) e as demais, pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (“Cetesb”).

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SUSTENTÁVEL

A estratégia da AES Brasil segue orientada pelo Planejamento Estratégico Sustentável 2015-2019 (“PES”), que define como direcionadores estratégicos da Companhia a Satisfação do cliente, Desenvolvimento de negócios, Eficiência no uso de recursos e disciplina na execução e Engajamento de públicos de relacionamento. O acompanhamento da Plataforma de Sustentabilidade foi finalizado em 2014 e os aspectos sociais, ambientais e de governança foram incorporados ao PES. A apresentação dessas informações, desde o 1T15, está baseada nos direcionadores estratégicos e refletem mais um avanço na aplicação de princípios para o Relato Integrado nas empresas AES Brasil.

SATISFAÇÃO DO CLIENTE

No novo Planejamento Estratégico Sustentável da AES Brasil, um dos compromissos é garantir excelência dos serviços prestados com ética e respeito ao cliente. A meta da AES Tietê, nesta esfera, é atingir um índice de satisfação do cliente de 90% até 2019.

Pesquisas periódicas são realizadas com os clientes de comercialização para avaliar a satisfação deles com os serviços da empresa. No primeiro semestre de 2015, a pesquisa foi realizada pela primeira vez por um instituto independente. O resultado geral foi de 85,7% de satisfação, a partir do desempenho nas dimensões Relacionamento, Imagem, Atendimento e Compra e Gestão.

Meta	2015
Atingir índice de 90% de satisfação do cliente até 2019	85,70%

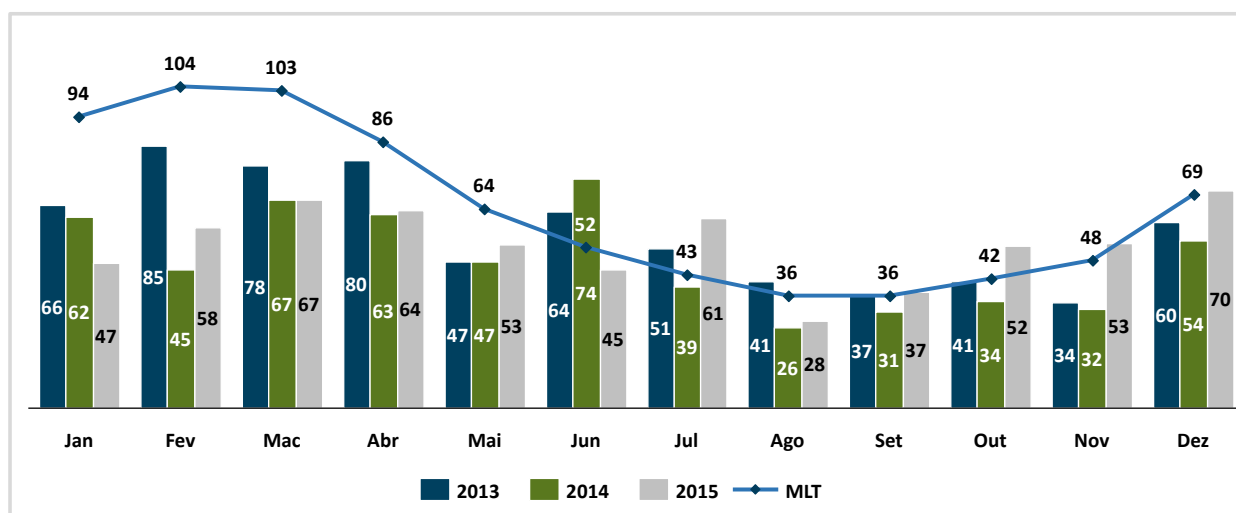
DESEMPENHO DO SETOR

RESERVATÓRIOS, DESPACHO TÉRMICO, AFLUÊNCIA E CARGA

O período de chuvas no Brasil, em particular nos submercados Sudeste/Centro-Oeste (“SE/CO”), Norte e Nordeste, ocorre entre o final do mês de novembro até abril. Desde o ano de 2012, a hidrologia tem se mostrado crítica e aquém da média histórica, em particular durante o período úmido.

A afluência registrada no SIN (também conhecida como Energia Natural Afluyente - ENA) foi inferior à Média de Longo Termo (MLT) no ano de 2015, com exceção de julho, e entre os meses de setembro e dezembro de 2015, quando a afluência foi superior à média do SIN, conforme gráfico a seguir:

Energia Natural Afluente² no SIN (GWm)
 2013 x 2014 x 2015 x MLT³



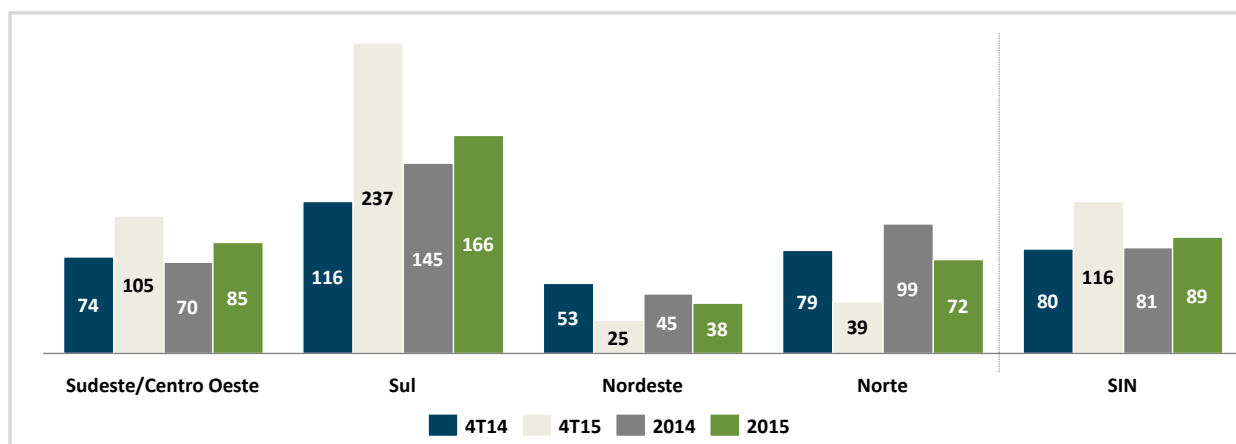
Comparativo 4T15 x 4T14 e 2015 x 2014

No 4T15, a afluência registrada no SE/CO, que representa aproximadamente 70% do sistema em capacidade de armazenamento, apresentou melhoria de 30,7 p.p., em relação à média de longo termo do período, quando comparada com a afluência do 4T14 (105,1% no 4T15 vs. 74,3% no 4T14).

No acumulado do ano de 2015, a afluência no SE/CO apresentou um aumento de 15,1 p.p., em relação à MLT do período, quando comparado ao ano 2014 (84,5% da MLT no ano de 2015 vs. 69,5% da MLT no ano de 2014).

A afluência registrada no SIN ao longo do 4T15 de 116,2% da MLT foi superior da afluência média do 4T14, que totalizou 80,3% da MLT. Na comparação do acumulado do ano, houve uma redução de 7,5 p.p., em relação à média de longo termo do período, com 88,9% em 2015 contra 81,4% em 2014. O gráfico a seguir apresenta um comparativo da evolução da ENA em cada um dos submercados e para o SIN, nos terceiros trimestres e acumulado de nove meses de 2014 e 2015, em relação à média de longo prazo (“MLT”) desde 1931.

Energia Natural Afluente nos submercados (% MLT)



² A Energia Natural Afluente, também conhecida como ENA, é um parâmetro utilizado para representar as afluências em um aproveitamento hidrelétrico.

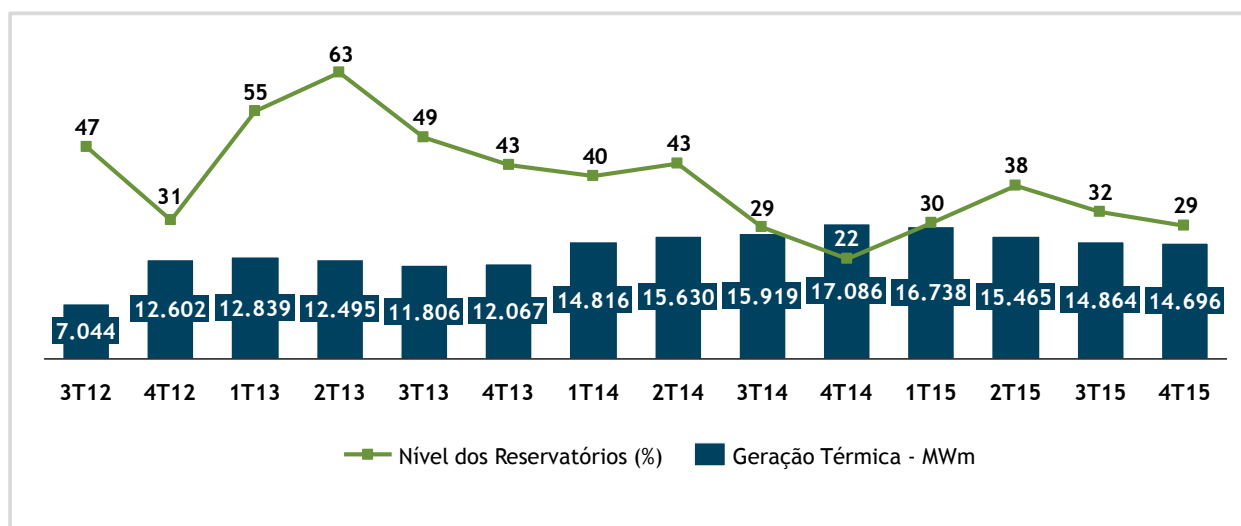
³ A MLT é para o ano de 2015 de acordo com o fechamento de junho de 2015 e é passível de alterações - Fonte: ONS.

Geração Térmica

Desde o final do ano de 2012, o ONS tem optado por manter a política de maior despacho térmico para preservar os reservatórios, em vista da baixa afluência verificada, reduzindo a geração hidrelétrica. No entanto, em função da retração do consumo no ano de 2015 e melhora da hidrologia houve uma redução da geração térmica, que chegou ao patamar médio de 14,7 GWm no 4T15 ante 14,9 GWm no 3T15 e 15,5 GWm no 2T15.

O gráfico a seguir ilustra a evolução da geração térmica do SIN desde o terceiro trimestre de 2012 até o quarto trimestre de 2015. É possível observar que apesar da elevação do nível de geração térmica no SIN ao longo de 2014, o nível dos reservatórios, a partir do segundo trimestre de 2014, sofreu uma redução expressiva, relacionada à hidrologia crítica do período, conforme anteriormente mencionado. A partir do quarto trimestre de 2014 houve uma recuperação nos níveis de reservatórios devido a melhora da hidrologia e isso se reflete na queda da geração térmica no mesmo período. Apesar de ocorrer uma pequena queda a partir do segundo trimestre de 2015 os níveis se mantêm relativamente estáveis.

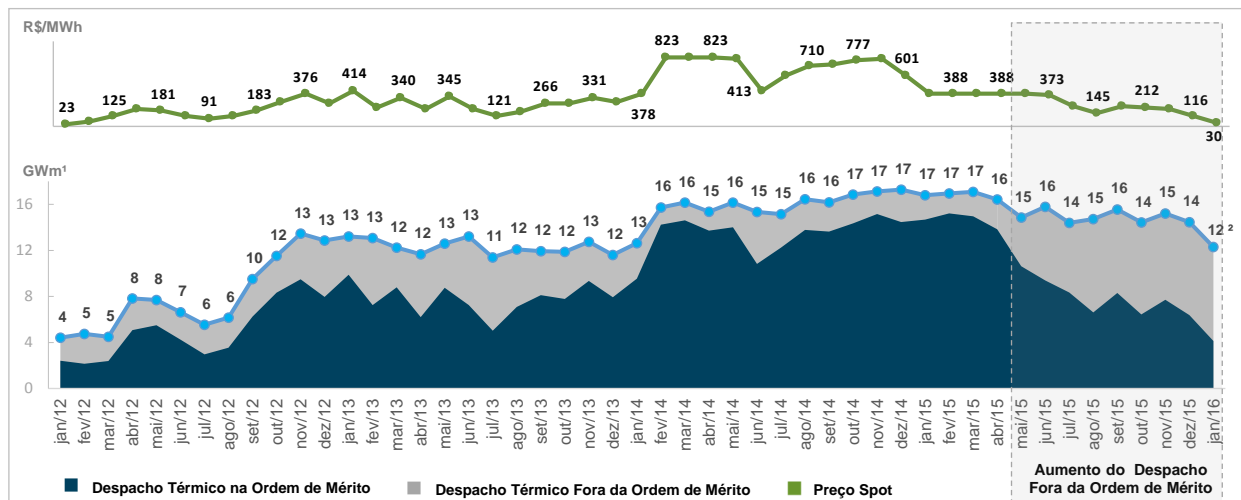
Geração Térmica do SIN (MWm)⁴
Nível dos Reservatórios (%)



O gráfico a seguir, demonstra um comparativo entre o despacho térmico por mérito e fora da ordem de mérito. A partir de maio de 2015 é possível observar um aumento relevante do despacho fora da ordem de mérito, o que justifica os baixos valores do PLD, em particular no submercado SE/CO. Pressupõe-se que o motivo do elevado despacho térmico neste período esteja associado a uma postura conservadora objetivando assegurar a recuperação dos níveis dos reservatórios para o período seco que se inicia em abril.

⁴ Dados do ONS.

Despacho térmico em relação à ordem de mérito (GWm)



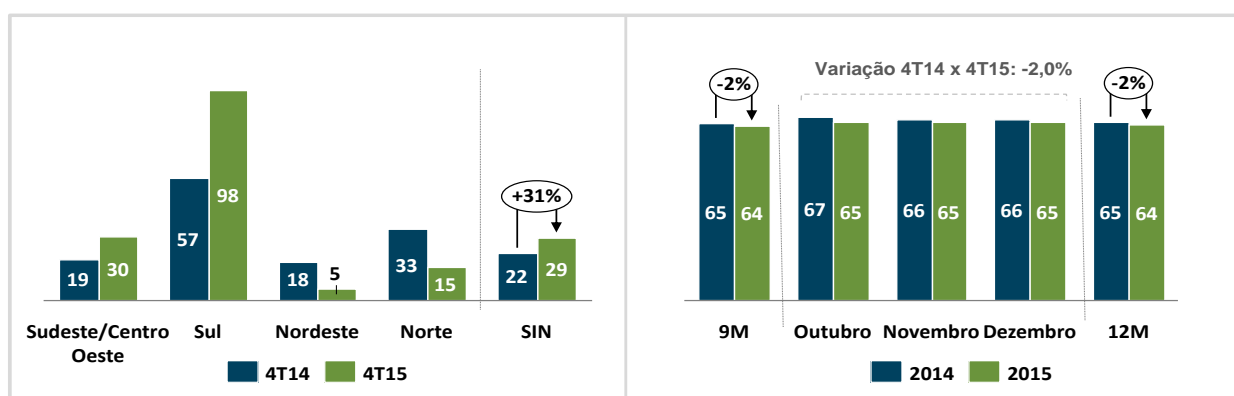
Destaca-se, no entanto, que o posicionamento adotado pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (“CMSE”) de manter a geração térmica em patamares ainda elevados, utilizando-se do despacho fora da ordem de mérito, resulta em um distanciamento significativo entre a formação dos preços de energia e a operação real do sistema. Esse custo adicional do despacho fora da ordem de mérito é arcado principalmente pelos consumidores via do Encargo Serviço do Sistema (“ESS”).

Carga SIN

No gráfico a seguir, é possível observar que carga do SIN se mantém constante no período de 4T15 vs. 4T14. A redução da carga, combinada ao maior nível de afluência no SIN e ao elevado despacho térmico, resultou em uma melhora no nível dos reservatórios de 31% no 4T15, quando comparado ao mesmo período no ano anterior.

Nível dos Reservatórios no SIN (%)

Carga no SIN (GWm)⁵



⁵ Valores obtidos a partir da geração de energia de todas as usinas programadas e despachadas centralizadamente pelo ONS, somada à de usinas não monitoradas pelo ONS. Fonte: ONS.

Nível reservatórios usinas AES Tietê

O nível de armazenamento de energia equivalente nos reservatórios das usinas da AES Tietê encerrou o ano de 2015 em 65,4%, nível superior em 30,7 p.p. ao ano de 2014, quando os reservatórios encerraram o mês de dezembro em 34,7%. Tal desempenho foi superior ao do submercado em que as usinas da Companhia estão localizadas (SE/CO) e superior ao desempenho do Sistema Interligado Nacional (SIN) que encerrou o ano de 2015 em 29,8% e 29,4% de sua plena capacidade respectivamente.

EFICIÊNCIA NO USO DE RECURSOS E DISCIPLINA NA EXECUÇÃO

Maximizar valor antecipando e reduzindo riscos e impactos econômicos, sociais e ambientais também é um dos compromissos das empresas do Grupo AES Brasil.

Para fins de comparabilidade, a administração da Companhia apresenta nas próximas seções os resultados comerciais, operacionais, financeiros e socioambientais proforma para a AES Tietê.

DESEMPENHO OPERACIONAL

ENERGIA GERADA

No Brasil, devido à predominância da fonte hidráulica na matriz energética (~62%⁶), adota-se o modelo de despacho centralizado, no qual o ONS determina o montante de energia a ser despachada para cada uma das usinas participantes do SIN, com base em modelos de otimização do uso da água estocada nos reservatórios e considerando-se algumas restrições operativas, para assim atender de forma confiável e econômica a demanda do mercado.

As usinas da AES Tietê seguem os critérios acima, de tal forma que a variação na geração de seu parque gerador está diretamente associada aos despachos definidos pelo ONS para garantir a estabilidade do sistema e não necessariamente ao seu desempenho operacional.

No 4T15, o volume total de energia gerada pelas usinas da AES Tietê atingiu 2.580,7 GWh, 37,9% superior ao mesmo período de 2014. Os dados de geração do ano de 2015 comparados com o ano de 2014 demonstram um aumento no volume de geração de 6,5% (7.443,3GWh no ano 2015 ante 7.928,0 GWh no ano de 2014). A variação é consequência da melhora das aflúências no submercado SE/CO no ano de 2015 em comparação com 2014 (84,5% em 2015 vs. 69,5% em 2014). Desde o final do ano de 2012, o ONS tem optado por manter a política de maior despacho térmico para preservar os reservatórios, em vista da baixa aflúência verificada, reduzindo a geração hidrelétrica.

⁶ Conforme Banco de Informações Gerenciais da ANEEL (Fev/16)

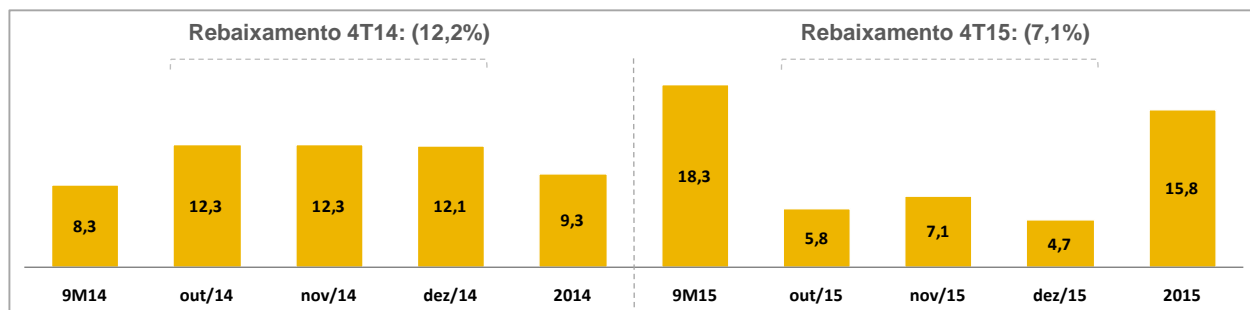
Geração (Usinas) - GWh	4T14	4T15	Variação (%) 4T15 x 4T14	2014	2015	Variação (%) 2015 x 2014
Energia Gerada Bruta	1.870,9	2.580,7	37,9%	7.443,3	7.928,0	6,5%
Água Vermelha (Sen. José Ermírio de Moraes)	1.056,4	1.108,7	5,0%	4.186,6	3.548,6	-15,2%
Bariri (Álvaro de Souza Lima)	110,3	206,6	87,3%	407,3	577,8	41,9%
Barra Bonita	75,8	154,8	104,4%	295,2	457,9	55,1%
Caconde	13,4	42,2	214,0%	145,7	173,1	18,8%
Euclides da Cunha	37,7	74,4	97,4%	213,9	254,1	18,8%
Ibitinga	139,3	188,2	35,1%	514,3	616,2	19,8%
Limoeiro (Armando Salles de Oliveira)	6,3	20,5	227,5%	55,1	69,2	25,6%
Nova Avanhandava	257,7	454,9	76,5%	966,1	1.293,9	33,9%
Promissão (Mário Lopes Leão)	172,3	322,3	87,0%	649,9	915,0	40,8%
Mogi / S. Joaquim / S. José	1,6	8,1	406,0%	9,2	22,0	139,3%

DESEMPENHO COMERCIAL

GARANTIA FÍSICA E SAZONALIZAÇÃO

O rebaixamento no MRE verificado em 2015 de 15,8% foi superior ao registrado em 2014, que totalizou 9,3%. Apesar de ter tido uma melhora na hidrologia no SIN quando comparamos os dois períodos (89% em 2015 ante 81% em 2014), houve um aumento do rebaixamento que decorreu principalmente da retração de -2% da carga (64GWh em 2015 ante 65GWh em 2014) e da manutenção do elevado despacho térmico ao longo de 2015. A retração é reflexo da redução da atividade econômica no país na comparação dos períodos. O gráfico abaixo apresenta os rebaixamentos contabilizados pela CCEE e no MRE nas liquidações financeiras por ela efetuadas no quarto trimestre de 2014 e 2015⁷.

Rebaixamento no MRE (%)



Sazonalização de Garantia Física para fins de Lastro e MRE

Com o advento da Resolução ANEEL n.º 584/2013, que prevê a declaração da sazonalização da garantia física para fins de lastro (contratos) e para fins de alocação de energia no MRE, a Companhia adotou uma estratégia de sazonalização que visava minimizar sua exposição ao risco hidrológico.

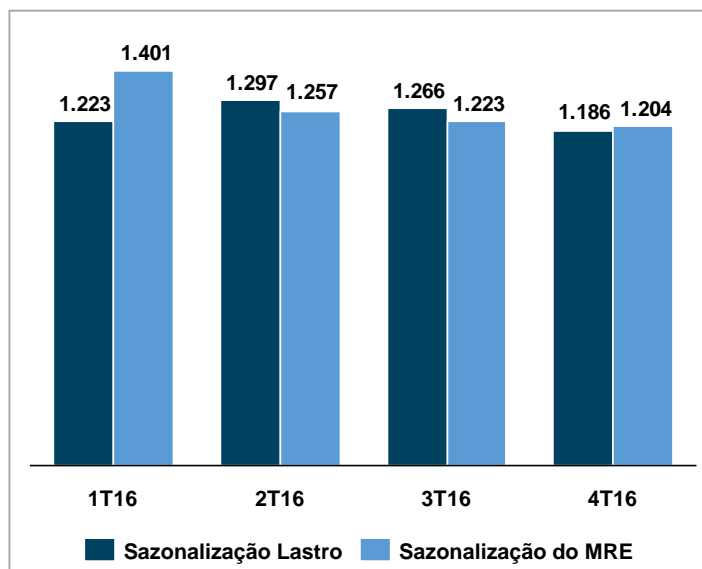
Em dezembro de 2015, a Companhia adotou a estratégia de declarar a sazonalização de sua Garantia Física seguindo o perfil do conjunto dos geradores do MRE, o que resultou na maior alocação de sua energia no primeiro semestre de 2016, concentrada no 1T16. Em relação ao lastro, adotou-se o perfil de acordo com a sazonalização dos contratos de venda.

O efeito da sazonalidade da garantia física combinado à performance do MRE (GSF ou energia secundária) é refletido na liquidação de energia no mercado de curto prazo

⁷ Refere-se aos valores contabilizados na liquidação da CCEE. Valores contabilizados na Companhia sofrem influência do provisionamento, considerando que a liquidação da CCEE de um determinado mês é disponibilizada, em média, em até 60 dias após o fechamento de determinado mês. Os valores contabilizados no 4T15 foram provisionados sem efeito da liminar da APINE.

Para 2016, a Companhia manteve a estratégia de seguir a sazonalização do MRE e o perfil do lastro seguindo a sazonalização dos contratos de venda de energia conforme gráfico a seguir:

Sazonalização de Garantia física Bruta para MRE e Lastro (MW médios)



Realização do rebaixamento médio no MRE no ano de 2015

A Companhia havia revisado no 3T15 a sua previsão sobre o impacto que o rebaixamento médio no MRE em 2015 geraria em seu EBITDA.

Considerando um despacho térmico na faixa de 14 GWm a 16 GWm, um intercâmbio entre subsistemas, a manutenção da geração intermitente, uma retração de carga entre 2,0% e 2,5% e um PLD médio para o ano de aproximadamente R\$ 290/MWh, a Companhia projetou um rebaixamento médio no MRE de 15% a 17% para o ano de 2015, resultando em um impacto negativo em seu EBITDA de aproximadamente de R\$ 570 a 630 milhões. O rebaixamento verificado no período foi de 15,8%, o que resultou em um impacto negativo no EBITDA da Companhia de R\$ 593 milhões em 2015, em linha com o guidance divulgado.

FONTES DE RECEITA

AES Eletropaulo

A quantidade de energia contratada com a AES Eletropaulo é de 1.268 MWm. Esse é o montante total de energia que deve ser entregue a cada ano até o término do contrato, que foi em 31 de dezembro de 2015.

O contrato admite sazonalidade, ou seja, o volume de energia entregue à AES Eletropaulo varia ao longo do ano, de acordo com a demanda do mercado por ela atendido e com a alocação de energia dos demais contratos por ela celebrados.

O preço praticado no contrato foi fixado em 2000, data em que ele foi homologado pela ANEEL, que estabeleceu o Valor Normativo (VN) como parâmetro de preço para contratações bilaterais. Desde então o preço do contrato é reajustado anualmente pela variação do IGP-M. Em 04 de julho de 2015, houve nova atualização do preço do contrato com a AES Eletropaulo, passando o valor para R\$ 217,85/MWh, com base no IGP-M acumulado no período de 8,1%.

CCEE (MRE, Spot e Administrativas) e Outros

A tarifa aplicada à energia faturada no MRE (TEO) é ajustada anualmente pela ANEEL, em janeiro, pela variação do IPCA e é determinada de forma a reembolsar os custos variáveis de operação e manutenção das usinas. A tarifa vigente para o ano de 2015 é de R\$ 11,25/MWh, enquanto que em 2014 e em 2013, a tarifa aplicada foi de R\$ 10,54/MWh e R\$ 10,01/MWh, respectivamente.

O preço da energia faturada no mercado de curto prazo, denominado de Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), varia de acordo com as condições eletro-energéticas e de oferta e demanda de energia. A partir de setembro de 2013, o PLD passou a incorporar o mecanismo de aversão ao risco, chamado CVaR, que tende a antecipar o despacho térmico de forma a manter a operação do sistema mais conservadora. Antes da Resolução n.º 03 do Conselho Nacional de Política Energética (Resolução CNPE 03), que determinou esse novo modelo de formação do PLD, as despesas com o acionamento das usinas térmicas eram cobradas por meio do ESS (Encargo de Serviços do Sistema).

Em 2015, o PLD médio da região Sudeste/Centro-oeste totalizou R\$ 287,20/MWh, valor 58,3% inferior ao registrado no mesmo período de 2014 (R\$ 688,89/MWh), em função da mudança na metodologia do cálculo do PLD mínimo e máximo, conforme supracitado.

Estratégia de Comercialização de Energia

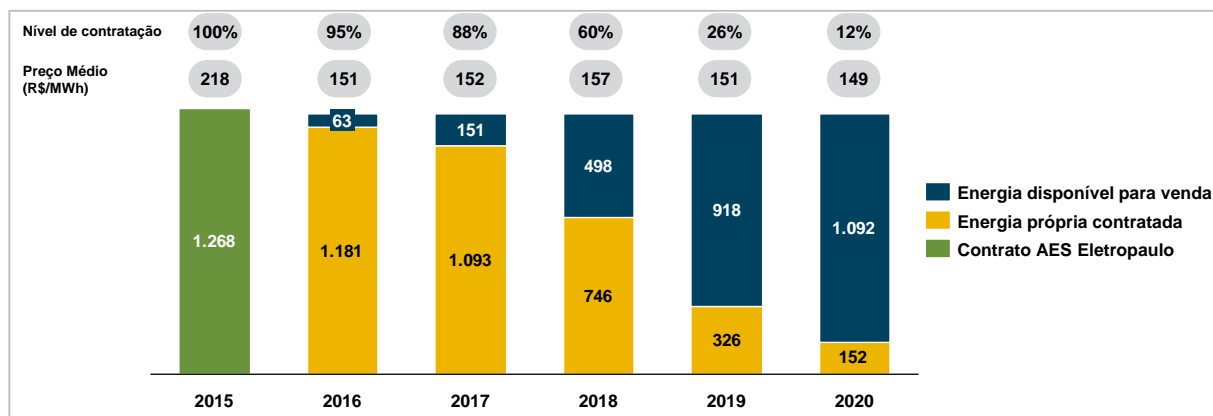
A Companhia definiu como estratégia de comercialização para a sua energia disponível a partir de janeiro de 2016 a formação de uma carteira diversificada de clientes livres, de forma a substituir totalmente o contrato bilateral com a AES Eletropaulo que venceu em dezembro de 2015.

Em função do cenário atual e da perspectiva de incremento do risco hidrológico para 2015 e 2016, a Companhia optou por reservar uma parcela de sua energia própria disponível a partir de 2016, com o objetivo de reduzir possíveis riscos de exposição ao mercado de curto prazo e rebaixamento no MRE.

Adicionalmente, em função da retração econômica e a consequente retração no consumo de energia que, somado à reavaliação das estratégias de contratação de energia no longo prazo, está alterando a liquidez do mercado livre de energia.

O portfólio atual da Companhia totalizou 1.181 MWm de energia própria vendida para entrega em 2016, ou 95% da energia assegurada líquida. Para os anos subsequentes, a Companhia espera seguir contratando energia com entrega a partir de 2017, de forma a manter os atuais níveis de preço médio da carteira.

Histórico e Evolução da carteira de clientes⁸ (MW médios)



ENERGIA FATURADA

A energia faturada pela AES Tietê reduziu em 6,4% na comparação entre o 4T15 e o 4T14. No ano de 2015, a energia faturada apresentou redução de 3,9%, em comparação com 2014. As variações são detalhadas a seguir:

⁸ Apenas energia convencional e exclui perdas e consumo interno; inclui contratos de energia firmados até o dia 23 de fevereiro de 2016; preço médio com base em janeiro de 2016

Energia Faturada (Consolidado) - GWh	4T14	4T15	Variação (%)		2014	2015	Variação (%)
			4T15 x 4T14	2014			2014 x 2015
Energia Faturada	4.075,8	3.813,7	-6,4%		15.074,8	14.484,6	-3,9%
Contrato Bilateral AES Eletropaulo	3.218,2	2.798,5	-13,0%		11.107,7	11.107,7	0,0%
CCEE	342,2	544,0	59,0%		1.898,0	1.522,7	-19,8%
<i>Spot</i>	304,8	0,0	-100,0%		1.671,3	582,7	-65,1%
<i>MRE</i>	37,3	544,0	1357,1%		226,7	940,0	314,6%
Outros Contratos Bilaterais	515,4	471,2	-8,6%		2.069,1	1.854,2	-10,4%

No 4T15, as vendas para a AES Eletropaulo totalizaram 2.798,5 GWh, 13,0% inferior ao volume vendido no 4T14. Essa redução é explicada pela sazonalidade do contrato, que varia a cada ano, como consta na seção “Fontes de Receita - AES Eletropaulo”. Na comparação anual, não houve alteração entre o volume de energia contratado, ficando em 11.107,7 GWh em ambos os anos.

O volume de energia faturada por meio da CCEE no 4T15 aumentou em 59,0% quando comparado ao 4T14, explicado pelo aumento da venda de energia no MRE (544 GWh em 4T15 ante 37 GWh em 4T14). Na comparação anual, houve uma redução de 19,8% devido à queda do volume de energia vendida no mercado de curto prazo (583 GWh em 2015 versus 1.671 GWh em 2014 - uma redução de 65,1%).

Em relação ao resultado com energia faturada por meio de outros contratos bilaterais, houve uma redução de 8,6% no 4T15 vs. 4T14 e de 10,4% nos 2015 vs. 2014.

DESEMPENHO FINANCEIRO

RECEITA BRUTA

No 4T15, a receita operacional bruta da AES Tietê totalizou R\$ 671,7 milhões, 29,0% inferior àquela registrada no 4T14, de R\$ 946,5 milhões. O resultado é explicado pelos seguintes fatores:

- (i) redução de 8,2% na receita de energia vendida à AES Eletropaulo, associado à redução de 13,0% no volume de energia comercializada, dada a sazonalidade desse contrato (2.798,5 GWh no 4T15 ante 3.218,2 GWh no 4T14), apesar do reajuste desse contrato a partir de julho de 2015 (R\$ 217,85 no 4T15 ante R\$ 206,31/MWh no 4T14); e,
- (ii) a ausência de receita bruta de energia vendida no mercado de curto prazo no 4T15, o que corresponde a uma queda de 100,0%, já que no 4T14 foi vendido 304,8 GWh - o equivalente a R\$ 223,2 milhões.

Em 2015, a receita operacional bruta da AES Tietê totalizou R\$ 2.779,3 milhões, 19,0% inferior àquela registrada em 2014, de R\$ 3.431,0 milhões. O resultado é explicado pelos seguintes fatores:

- (i) pela redução de 65,1% no volume de energia vendida no mercado de curto prazo (582,7 GWh em 2015 ante 1.671,3 GWh em 2014) e menor preço da energia no mercado de curto prazo no submercado SE/CO na comparação dos períodos (R\$ 287,20/MWh em 2015 versus R\$ 688,89/MWh em 2014), o que equivale a uma redução de R\$ 763,1 milhões; parcialmente compensado pelo:
- (ii) aumento de 5,4% na receita bruta proveniente da energia vendida para a AES Eletropaulo, dada a sazonalidade de entrega de energia desse contrato em 2015 quando comparada ao ano de 2014, e o aumento de 5,6% no preço, em função do reajuste do contrato realizado no mês de julho de 2015. Em 2015 a receita bruta proveniente dos 11.107,7 MWh contratados com a AES Eletropaulo foi de R\$ 2.355,2 milhões, enquanto em 2014 foi R\$ 2.233,6 milhões.

Receita Bruta (Consolidado) - R\$ milhões	4T14	4T15	Varição (%)	2014	2015	Varição (%)
Suprimento de Energia	946,5	671,7	-29,0%	3.431,0	2.779,2	-19,0%
Contrato Bilateral AES Eletropaulo	664,0	609,6	-8,2%	2.233,6	2.355,2	5,4%
CCEE	224,3	6,1	-97,3%	962,1	207,3	-78,5%
<i>Spot</i>	223,2	0,0	-100,0%	946,9	183,9	-80,6%
<i>MRE</i>	0,9	6,1	606,2%	4,4	12,3	178,6%
<i>Outras (Administrativos)</i>	0,2	0,0	-100,0%	10,8	11,1	3,5%
Outras receitas*	0,0	0,0	544,6%	1,2	0,3	-79,8%
Outros Contratos Bilaterais	58,3	55,9	-4,0%	234,0	216,5	-7,5%

DEDUÇÕES DA RECEITA

As deduções da receita da AES Tietê foram de R\$ 34,8 milhões no 4T15 ante R\$ 59,7 milhões no 4T14, uma redução de 41,7% no período. No ano de 2015, as deduções atingiram R\$ 153,4 milhões, uma redução de 32,1% quando comparado aos R\$ 226,0 milhões registrados em 2014.

PIS e COFINS são impostos que incidem sobre a receita da AES Tietê. A alíquota aplicada ao contrato bilateral com a AES Eletropaulo é de 3,65% (regime cumulativo). Para as demais fontes de receita da Companhia, a alíquota é de 9,25% (regime não cumulativo).

A AES Tietê registrou R\$ 28,0 milhões em deduções de receita com PIS e COFINS no 4T15 ante R\$ 50,3 milhões no 4T14, uma redução de 44,5%. Esse desempenho é explicado pela menor participação das receitas registradas com as operações na CCEE, que incluem vendas no mercado de curto prazo e no MRE.

Além disso, de acordo com a Lei nº. 12.111/09, geradoras, transmissoras e distribuidoras devem investir anualmente ao menos 1% de sua receita operacional líquida em Pesquisa e Desenvolvimento de eficiência energética. No 4T15, a Companhia registrou R\$ 6,4 milhões em deduções da receita relativas a Pesquisa e Desenvolvimento, uma redução de 28,2% em relação aos R\$ 8,9 milhões registrados no 4T14, em função da redução da receita entre os períodos.

Em 2015 as deduções com PIS e COFINS alcançaram R\$ 125,0 milhões, ante R\$ 192,0 milhões registrados em 2014, o que representa uma redução de 53,6%. Esse desempenho é explicado, principalmente, pela redução de 80,6% na receita bruta de energia vendida no mercado de curto prazo.

As deduções da receita relativas a Pesquisa e Desenvolvimento atingiram R\$ 26,3 milhões em 2015, uma redução de 22,1% em comparação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 32,1 milhões) também em função da redução da receita líquida entre os períodos comparados.

RECEITA LÍQUIDA

A receita operacional líquida da AES Tietê totalizou R\$ 636,9 milhões no 4T15, montante 28,2% inferior ao registrado no 4T14. Esse desempenho reflete principalmente a ausência de energia vendida no mercado spot no trimestre e o menor volume de energia vendida para a AES Eletropaulo, devido principalmente à estratégia de sazonalização adotada.

Em 2015, a receita operacional líquida registrou redução de 18,1%, chegando a R\$ 2.625,8 milhões (versus R\$ 3.205,0 milhões em 2014), em função do menor volume de energia vendida no mercado de curto prazo.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais, excluindo depreciação e amortização, totalizaram R\$ 232,9 milhões no 4T15, o que representa uma redução de 74,8%, ou R\$ 690,8 milhões, na comparação com o 4T14. O resultado é explicado principalmente pelo menor custo com compra de energia, especificamente no mercado de curto prazo, em função do menor volume de energia comprada no período (456,5 MWh no 4T15 versus 1.136,3 MWh no 4T14) e menor PLD na região Sudeste/Centro este na comparação dos dois períodos (R\$ 176,8/MWh no 4T15 versus R\$ 726,7 no 4T14). Além disto, houve um menor GSF auferido no período (7,1% no 4T15 vs. 12,3% no 4T14).

As despesas com PMSO reportado apresentaram incremento de 21,0% no 4T15 em relação ao 4T14, como reflexo principalmente dos maiores custos com pessoal e materiais e serviços de terceiros.

Na comparação anual, os custos e despesas operacionais de 2015, excluindo depreciação e amortização, totalizaram R\$ 1.223,9 milhões, uma redução de 46,5% em relação ao valor registrado em 2014 (ou R\$ 2.287,1 milhões).

As despesas com PMSO reportado no acumulado do ano apresentaram um aumento de 5,0%, ou R\$ 9,6 milhões, quando comparada a 2014, influenciada principalmente pelo aumento nas despesas com pessoal e provisões operacionais.

Programa de redução de custos gerenciáveis - 2015

No último trimestre de 2014, a Companhia divulgou que manterá o programa de redução de custos gerenciáveis e trabalhará, em 2015, com crescimento zero, em termos nominais, dos custos gerenciáveis apresentados no ano anterior. A Companhia manteve, ao longo de 2015, a projeção de redução divulgada, com base nas principais iniciativas desse programa de revisão de custos, que continuarão centradas em: (i) melhorias nos processos de operação e manutenção das usinas e eclusas, (ii) na internalização do processo de gestão de seus reservatórios e (iii) na reavaliação dos custos administrativos, por meio da redução dos serviços de terceiros.

R\$ mil	4T14	4T15	Var (%)	2014	2015	Var (%)
Custos e Despesas Operacionais Reportado	923.691	232.900	-74,8%	2.287.121	1.223.873	-46,5%
Encargos e taxas setoriais	36.965	46.629	26,1%	145.859	167.145	14,6%
Energia comprada*	828.745	116.117	-86,0%	1.946.683	852.506	-56,2%
Total de encargos e taxas setoriais + energia comprada	865.710	162.746	-81,2%	2.092.542	1.019.651	-51,3%
Pessoal	19.920	23.113	16,0%	78.002	84.758	8,7%
Material e serviços de terceiros	24.774	31.411	26,8%	91.558	86.586	-5,4%
Outros	13.287	15.630	17,6%	25.019	32.878	31,4%
PMSO Reportado	57.981	70.154	21,0%	194.579	204.222	5,0%
Entidade Previdência Privada	868	744	-14,3%	2.651	2.577	-2,8%
Provisões Operacionais	(2.231)	(25)	-98,9%	489	4.603	841,4%
Recuperação Seguros	-	-	n.d	(3.490)	-	-100,0%
Normalização Manutenção bienais eclusas	(1.534)	-	-100,0%	2.364	-	-100,0%
Outros não gerenciáveis	(33)	695	-2189,5%	(366)	(160)	-56,3%
PMSO Gerenciável	60.911	68.741	12,9%	192.931	197.201	2,2%

*ajustado pelo excedente financeiro

As principais variações das contas de custos e despesas operacionais serão detalhadas a seguir:

Custos com Energia Comprada, Taxas Setoriais e Encargos

R\$ mil	4T14	4T15	Var (%)	2014	2015	Var (%)
Comp. Financ. Utiliz. Rec.Híd.	10.161	14.596	43,6%	41.085	44.600	8,6%
Transmissão e Conexão	25.222	30.122	19,4%	98.427	114.879	16,7%
Taxa de Fiscalização / Demais Encargos	1.582	1.911	20,8%	6.347	7.666	20,8%
Energia Comprada / Liquidação CCEE	828.745	116.117	-86,0%	1.946.683	852.506	-56,2%
TOTAL - Custos operacionais e compra Energia	865.710	162.746	-81,2%	2.092.542	1.019.651	-51,3%

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (“CFURH”)

As despesas com a CFURH aumentaram 43,6% na comparação do 4T15 com o 4T14, em função do maior volume de energia gerada no período (2.580,7 GWh no 4T15 versus 1.870,9 GWh no 4T14) e reajuste de 6,75% na Tarifa Atualizada de Referência (“TAR”), que foi fixada em R\$ 85,26/MWh desde janeiro de 2015.

O maior volume de energia gerada no ano de 2015 ante 2014 (7.980,0 GWh vs. 7.443,3 GWh, respectivamente), foi o principal fator para o aumento de 8,6% das despesas com a CFURH no período.

Transmissão e Conexão

Os custos com transmissão e conexão totalizaram R\$ 30,1 milhões no 4T15, um aumento de 19,4% em comparação ao 4T14 (R\$ 25,2 milhões), reflexo do reajuste da tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST-rb) dos contratos de conexão das usinas hidrelétricas (TUSDg) da Companhia, em particular nas usinas de Água Vermelha (14%), Limoeiro (13%), Caconde (13%), e Euclides da Cunha (13%).

O reajuste da usina de Água Vermelha e das demais usinas da Companhia, em particular as usinas de Água Vermelha, Euclides da Cunha e Nova Avanhandava, que sofreram reajuste médio de 15%, 12% e 11% respectivamente, justificando o aumento dos custos com transmissão e conexão de 16,7% nos 2015 ante os 2014.

Taxas de Fiscalização/ Demais Encargos

Os custos com Taxas de Fiscalização/ Demais Encargos, que incluem Taxa de Fiscalização da ANEEL e Demais Taxas e Encargos com a CCEE e ONS, totalizaram R\$ 1,9 milhão no 4T15, 20,8% superior ao valor registrado no 4T14 (R\$ 1,6 milhão). Essa performance reflete o aumento de 23,0% na Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica ("TFSEE")⁹ para o ano de 2015, em comparação com a TFSEE proposta pela ANEEL para o ano de 2014.

Seguindo o aumento da TFSEE, os custos com Taxas de Fiscalização/ Demais Encargos totalizaram R\$ 7,6 milhões em 2015, valor 20,8% superior ao mesmo período do ano anterior.

Energia Comprada /Liquidação CCEE

R\$ mil	4T14	4T15	Var (%)	2014	2015	Var (%)
Comp. Financ. Utiliz. Rec.Híd.	10.161	14.596	43,6%	41.085	44.600	8,6%
Transmissão e Conexão	25.222	30.122	19,4%	98.427	114.879	16,7%
Taxa de Fiscalização / Demais Encargos	1.582	1.911	20,8%	6.347	7.666	20,8%
Energia Comprada / Liquidação CCEE	828.745	116.117	-86,0%	1.946.683	852.506	-56,2%
TOTAL - Custos operacionais e compra Energia	865.710	162.746	-81,2%	2.092.542	1.019.651	-51,3%

O custo com energia comprada/liquidação CCEE teve uma redução de R\$ 712,6 milhões na comparação dos trimestres, passando de R\$ 828,8 milhões no 4T14 para R\$ 116,1 milhões no 4T15. Esse resultado é influenciado, principalmente pelo:

- (i) menor volume com compra de energia no mercado de curto prazo (456,5 GWh no 4T15 ante 1.136,3 GWh no 4T14), associada à sazonalização da garantia física adotada pela Companhia, menor PLD médio no submercado SE/CO (R\$ 176,8/MWh no 4T15 versus R\$ 726,7/MWh no 4T14) e rebaixamento médio no MRE verificado no 4T15 (7,1%) ante o rebaixamento verificado no 4T14 (12,3%).

Em 2015 o custo com compra de energia para revenda/liquidação CCEE teve uma redução de R\$ 1.094,2 milhões quando comparada ao ano de 2014, passando de R\$ 1.946,7 milhões em 2014 para R\$ 852,5 milhões em 2015. Esse resultado é influenciado, principalmente:

- (i) menor custo com compra de energia no mercado de curto prazo (R\$ 650,9 milhões em 2015 ante R\$ 1.762,1 milhões em 2014);
- (ii) menor custo com energia comprada para revenda de forma a atender Outros Bilaterais (R\$ 246,4 milhões em 2015 versus R\$ 261,3 milhões em 2014); e,
- (iii) menor PLD médio no submercado SE/CO (R\$ 287,2/MWh em 2015 versus R\$ 688,9/MWh em 2014).

Custos e Despesas com Pessoal, Material, Serviços e Outros (PMSO Reportado)

Pessoal

⁹ A TFSEE é cobrada por usina e equivale a 0,4% do valor do benefício econômico anual auferido pelo concessionário, multiplicado pela sua potência instalada.

R\$ mil	4T14	4T15	Var (%)	2014	2015	Var (%)
Pessoal e Encargos	19.052	22.369	17,4%	75.351	82.181	9,1%
Entidade Previdência Privada	868	744	-14,3%	2.651	2.577	-2,8%
TOTAL	19.920	23.113	16,0%	78.002	84.758	8,7%

As despesas com pessoal totalizaram R\$ 23,1 milhões no 4T15, um acréscimo de 16,0% em relação ao 4T14 (R\$ 19,9 milhões). Esta variação resulta de despesas recorrentes e não-recorrentes, conforme descrito abaixo.

- a) despesas recorrentes:
 - (i) reajuste salarial de 8,2% ocorrido em julho de 2015;
 - (ii) maior número de funcionários contratados.

- b) despesas não-recorrentes:
 - (i) maior número de horas extras no quarto trimestre de 2015, devido às manutenções concentradas no período;
 - (ii) utilização da assistência médica e odontológica acima da média prevista no período.

Na comparação do acumulado do ano, as despesas com pessoal totalizaram R\$ 84,8 milhões, um acréscimo de 8,7%, principalmente em função dos fatores acima referenciados.

Material e serviços de terceiros

Os custos com material e serviços de terceiros somaram R\$ 31,4 milhões no 4T15, um aumento de 26,8% em relação ao 4T14 (R\$ 24,8 milhões). Essa variação está principalmente relacionada ao maior custo com serviços relacionados as usinas e eclusas que foram realizados nos meses de novembro e dezembro de 2015. Alguns destes serviços incluem recapeamento de asfalto, manutenção das canaletas de drenagem, tratamento anticorrosivo, entre outros.

Na comparação anual, os custos com material e serviços de terceiros somaram R\$ 86,6 milhões em 2015, uma redução de 5,4% em relação a 2014 (R\$ 91,6 milhões). Essa variação está principalmente relacionada:

- (i) aumento de R\$ 6,7 milhões na manutenções bienais nas eclusas e manutenção de equipamentos de geração e operação dos sistemas;
- (ii) aumento de R\$ 1,6 milhão relacionados à implementação do projeto envolvendo a reestruturação societária da Companhia, assim como reajuste nos contratos de auditoria externa; e
- (iii) aumento de R\$ 0,6 milhões com custos relacionados a equipamentos necessários para a realização das manutenções previstas.

Provisões Operacionais e Outras Despesas/ Receitas Operacionais

R\$ mil	4T14	4T15	Var (%)	2014	2015	Var (%)
Outras despesas (receitas) operacionais	15.518	15.583	0,4%	24.530	28.224	15,1%
Provisões Operacionais	(2.231)	47	-102,1%	489	4.654	851,7%
TOTAL	13.287	15.630	17,6%	25.019	32.878	31,4%

No 4T15, as provisões operacionais e outras despesas/ receitas operacionais totalizaram uma despesa de R\$ 15,6 milhões, um aumento de 17,6% ante uma despesa de R\$ 13,3 milhões no 4T14. Essa variação está principalmente relacionada à reclassificação das atualizações monetárias e juros referentes às contingências cível, trabalhistas e acordos judiciais, no 4T14, no valor de R\$ 1,9 milhões, para a conta de despesas financeiras.

No acumulado do ano, as provisões operacionais e outras despesas/ receitas operacionais totalizaram uma despesa de R\$ 32,9 milhões, ante uma despesa de R\$ 25,0 milhões no ano de 2014. Essa variação está principalmente relacionada à:

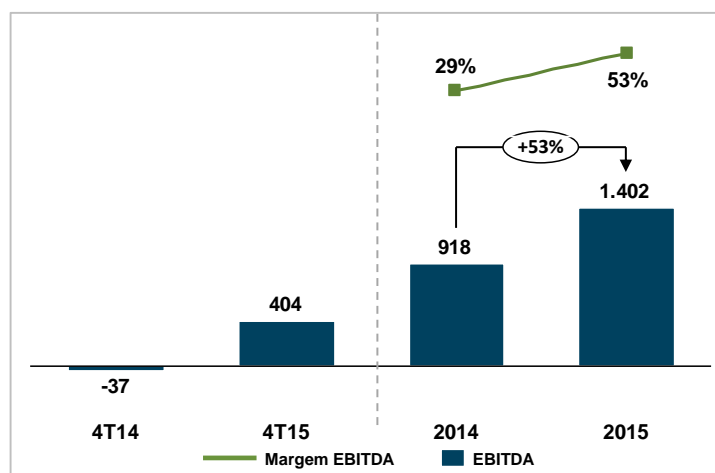
- (i) baixa do saldo da conta de terrenos da Rio PCH, no valor de R\$ 3,0 milhões;
- (ii) recuperação do valor do seguro, referente a um sinistro em Limoeiro, no valor de R\$ 3,2 milhões; e,
- (iii) reclassificação das atualizações monetárias e juros referentes às contingências cível, trabalhistas e acordos judiciais, no 4T14, no valor de R\$ 1,9 milhões, para a conta de despesas financeiras.

EBITDA

A AES Tietê registrou EBITDA de R\$ 404,0 milhões no 4T15 ante um EBITDA negativo de R\$ 36,9 milhões no 4T14. Essa variação é explicada, principalmente, pelo:

- (i) efeito positivo líquido de R\$ 492,2 milhões, em função do menor volume de energia comprada no mercado de curto prazo, dado o rebaixamento no MRE verificado no 4T15 de 7,1% (ante um rebaixamento de 12,3% no 4T14), menor PLD médio no submercado SE/CO e a estratégia de sazonalização adotada em 2015; parcialmente compensado pelo:
- (ii) efeito negativo líquido de R\$ 51,8 milhões, em função do menor volume vendido para a AES Eletropaulo, compensado pelo aumento de preço desse contrato no período.

EBITDA (R\$ milhões)



O EBITDA da AES Tietê em 2015 totalizou R\$ 1.402,0 milhões (com margem de 53,4%) apresentando um aumento de 52,7% em relação ao verificado em 2014 (R\$ 917,9 milhões). O desempenho é explicado, principalmente, pelo:

- (i) efeito positivo líquido de R\$ 380,8 milhões em função da menor exposição da Companhia no mercado de curto prazo (em termos de volume e preço);
- (ii) efeito positivo líquido de R\$ 116,0 milhões em função do reajuste do preço da energia vendida para a AES Eletropaulo no período;
- (iii) efeito líquido positivo de R\$ 10,5 milhões reflexo da redução da posição compradora no MRE, em função do aumento da geração hidrelétrica da Companhia, durante o ano de 2015; parcialmente compensado pelo:
- (iv) efeito negativo custos regulatórios de R\$ 21,3 milhões em função do aumento dos encargos do uso do sistema de transmissão e conexão.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido registrado pela Companhia no 4T15 foi uma despesa financeira de R\$ 25,4 milhões, comparado a uma despesa financeira de R\$ 42,2 milhões registrada no 4T14. A variação se deve, sobretudo, pela diminuição do saldo da dívida líquida em 14,25% inferior à posição da dívida bruta da Companhia em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 1.623,0 milhões), e incremento dos encargos financeiros da Companhia em função do aumento do CDI médio do período (14,14% no 4T15 ante 11,15% no 4T14).

O aumento dos encargos financeiros da Companhia no acumulado do ano (CDI médio de 13,4% em 2015 ante 10,8% em 2014), a atualização moentária de pesquisa e desenvolvimento e variação cambial foram fatores preponderantes para que o resultado financeiro líquido da Companhia atingisse uma despesa de R\$ 146,1 milhões em 2015, frente uma despesa de R\$ 78,6 milhões em 2014.

R\$ mil	4T14	4T15	Var (%)	2014	2015	Var (%)
Receitas Financeiras	3.417	26.119	664,4%	43.006	57.248	33,1%
Despesas Financeiras	(45.593)	(51.538)	13,0%	(121.618)	(203.359)	67,2%
Despesas Financeiras	(42.899)	(52.442)	22,2%	(118.466)	(186.802)	57,7%
Variações Cambiais	(2.694)	904	-133,6%	(3.152)	(16.557)	425,3%
Resultado Financeiro	(42.176)	(25.419)	-39,7%	(78.612)	(146.111)	85,9%

Receitas Financeiras

As receitas financeiras apresentaram aumento de 666,4% no 4T15 em relação ao 4T14. Essa variação é explicada, principalmente, pelo aumento do saldo médio de aplicações financeiras no período (R\$ 562,1 milhões no 4T15 vs. R\$ 137,7 milhões no 4T14) e do CDI médio do período (14,14% no 4T15 ante 11,15% no 4T14) e pelos juros recebidos com a postergação de pagamento do contrato com a AES Eletropaulo, no total de R\$ 8,6 milhões no 4T15.

No acumulado do ano de 2015 as receitas financeiras da Companhia cresceram 33,1% na comparação com o ano de 2014. Essa variação é explicada, principalmente, pelo maior CDI médio do período (13,36% em 2015 vs. 10,77% em 2014) e pelos juros recebidos com a postergação de pagamento do contrato com a AES Eletropaulo no valor de R\$ 12,3 milhões em 2015.

Despesas Financeiras e Variações Cambiais

As despesas financeiras e variações cambiais somaram R\$ 51,5 milhões no 4T15, montante superior em 13% comparado ao mesmo período do ano passado (R\$45,6 milhões). Tal variação é explicada, sobretudo, pelo:

- (i) pelo aumento dos encargos financeiros das dívidas da Companhia no valor de R\$ 18,4 milhões influenciado, principalmente, pela elevação do CDI médio no período (14,1% no 4T15 vs. 11,15% no 4T14); parcialmente compensado pela:
- (ii) redução de R\$ 9,2 milhões no saldo de juros capitalizados decorrente da menor base de ativos imobilizados em curso; e,
- (iii) pela redução de R\$ 3,6 milhões com atualização cambial sobre as a provisão para o processo judicial que discute a obrigatoriedade de aquisição de energia de Itaipu pela AES Tietê.

As despesas financeiras e variações cambiais somaram R\$ 203,4 milhões em 2015, montante 67,2% superior ao registrado no ano de 2014 (R\$121,6 milhões). Tal variação é explicada, sobretudo:

- (i) pelo aumento de 51,2% nos encargos financeiros das dívidas da Companhia (R\$ 197,4 milhões em 2015 versus R\$ 130,6 milhões em 2014) e aumento do CDI médio no período (13,36% em 2015 vs. 10,77% em 2014); e
- (ii) pelo aumento de R\$ 13,2 milhões devido variação cambial sobre as a provisão para o processo judicial que discute a obrigatoriedade de aquisição de energia de Itaipu pela AES Tietê.

LUCRO LÍQUIDO

No 4T15, a AES Tietê apurou um lucro líquido de R\$ 232,5 milhões, comparado ao prejuízo líquido de R\$ 76,1 milhões registrado no 4T14. Contribuíram para tal desempenho os seguintes fatores:

- (i) efeito positivo líquido de R\$ 295,7 milhões, em função do menor volume de energia comprada no mercado de curto prazo, dado o rebaixamento no MRE verificado no 4T15 de 7,1% (ante um rebaixamento de 12,3% no 4T14), menor PLD médio no submercado SE/CO e a estratégia de sazonalização adotada em 2015; e,
- (ii) efeito positivo líquido das receitas e despesas financeiras no total de R\$ 8,2 milhões, em função dos fatores anteriormente abordados.

No ano de 2015, o lucro líquido auferido pela AES Tietê foi de R\$ 726,3 milhões, resultado 61,6% superior ao obtido em 2014 (R\$ 449,3 milhões). Contribuíram para tal desempenho os seguintes fatores:

- (i) Impacto positivo de R\$ 223,2 milhões em função da menor exposição da Companhia no mercado de curto prazo (em termos de volume e preço);
- (ii) impacto positivo de R\$ 122,8 milhões em função do maior preço praticado no contrato com a AES Eletropaulo; parcialmente compensado pelo:
- (iii) aumento de R\$ 45,1 milhões em despesas financeiras e variações cambiais em função do aumento de encargos de dívida e atualização cambial de processo que discute obrigatoriedade de aquisição de energia de Itaipú, conforme anteriormente abordado; e
- (iv) aumento dos custos regulatórios em R\$ 14,2 milhões em função, principalmente, do aumento dos encargos do uso do sistema de transmissão e conexão.

Desempenho Econômico Financeiro - AES Tietê Energia

Nesta seção, apresenta-se a posição consolidada da AES Tietê Energia S.A., que reflete as demonstrações financeiras da AES Tietê, antes de sua incorporação, e os resultados da controladora AES Tietê Energia S.A. (anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia), após a reestruturação (“operações em continuidade”). Os resultados do Acervo Cindido, foram classificadas como “operações descontinuadas”, visto que o controle deixou de existir em parte de seus investimentos em 31 de dezembro de 2015.

R\$ Mil - Consolidada	2014	2015	Var (%)
Receita Bruta	3.430.957	2.779.248	-19,0%
Receita Líquida	3.205.007	2.625.821	-18,1%
Custos e Despesas Operacionais*	(2.291.052)	(1.236.634)	-46,0%
Resultado Bruto	746.440	1.219.623	63,4%
EBITDA	913.955	1.389.187	52,0%
Amortização de intangível de concessão	(60.289)	(56.105)	-6,9%
Resultado Financeiro	(58.935)	(107.591)	82,6%
Receitas Financeiras	71.839	100.976	40,6%
Despesas Financeiras	(127.622)	(192.010)	50,5%
Variações Cambiais, líquidas	(3.152)	(16.557)	425,3%
Provisão IR/ Impostos diferidos	(214.472)	(317.169)	47,9%
Lucro Líquido operações em continuidade	412.744	738.758	79,0%
Operações descontinuadas	(202.918)	64.558	-131,8%
Lucro Líquido do exercício	209.826	803.316	282,8%

*excluindo depreciação

AES Tietê Energia - Operações em continuidade

Receita Bruta / Líquida - AES Tietê Energia

A receita operacional bruta e líquida segue o resultado da AES Tietê S.A. antes da incorporação visto que a AES Tietê Energia era apenas uma holding antes da reorganização societária. As variações entre os exercícios sociais de 2014 e 2015 estão demonstradas na seção “Desempenho Econômico Financeiro - AES Tietê”.

Custos e Despesas Operacionais - AES Tietê Energia

Os custos e despesas operacionais, excluindo depreciação, da AES Tietê Energia totalizaram R\$ 1.236,6 milhões, valor 46% inferior ao mesmo período do ano anterior. Essa variação é principalmente justificada pela variação dos custos e despesas operacionais da AES Tietê antes da incorporação, conforme demonstração na seção “Desempenho Econômico Financeiro - AES Tietê”.

EBITDA - AES Tietê Energia

A AES Tietê Energia registrou EBITDA de R\$ 1.389,2 milhões em 2015 apresentando um aumento de 52,0%, em relação ao verificado em 2014 (R\$ 914,0 milhões). O desempenho está principalmente relacionado, ao efeito positivo da redução dos custos com energia comprada para revenda em R\$ 1.094,2 milhões, parcialmente compensado para redução da receita operacional da AES Tietê, conforme anteriormente citado na seção “Desempenho Econômico Financeiro - AES Tietê”.

Resultado Financeiro - AES Tietê Energia

O resultado financeiro da AES Tietê Energia foi negativo em R\$ 107,6 milhões em 2015, ante um resultado negativo de R\$ 58,9 milhões em 2014. Contribuiu para esse desempenho o aumento dos encargos financeiros de R\$ 66,8 milhões em 2015, reflexo do aumento do CDI médio no período (13,4% a.a. em 2015 comparado a 10,8% a.a. em 2014), parcialmente compensado pela maior renda das aplicações financeiras dado maior saldo médio e aumento do CDI médio no período (13,4% a.a. em 2015 comparado a 10,8% a.a. em 2014).

Lucro Líquido - AES Tietê Energia

A AES Tietê Energia registrou um lucro líquido de R\$ 738,8 milhões em 2015 ante R\$ 412,7 milhões em 2014, um aumento de 79%, em função, principalmente, do menor custo com energia comprada, em função da queda do preço de energia no mercado de curto prazo e a crédito tributário no valor de R\$ 43,7 milhões, resultado da Reestruturação Societária.

AES Tietê Energia - Operações em descontinuadas

As operações descontinuadas em 2015 totalizaram R\$ 64,6 milhões, resultado superior ao de 2014, que totalizou um valor negativo de R\$ 202,9 milhões. Essa variação reflete o resultado positivo do Acervo Cindido, conforme segue:

- (i) Resultado positivo da AES Uruguaiana, que apresentou lucro líquido de R\$ 40,3 milhões em 2015 vs. R\$ 5,4 milhões em 2014, influenciado, principalmente, pelo aumento da geração de energia (821,2 GWh em 2015 ante 322,1 GWh em 2014), em função da demanda do ONS; parcialmente compensado por:
- (ii) Resultado negativo de sua controlada AES Elpa, devido principalmente ao efeito da amortização do ativo intangível da concessão no valor de R\$ 46,0 milhões, parcialmente compensada pela melhora nos resultados da controlada AES Eletropaulo, que apresentou um lucro líquido de R\$ 101,1 milhões em 2015, ante prejuízo líquido de R\$ 131,7 milhões em 2014.

PROVENTOS

Dividendos AES Tietê Energia 2015 (R\$ Milhões)

Lucro do Exercício - 31 de Dezembro de 2015	393,6
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	46,2
Ajuste por conta de dividendos prescritos controladas	1,6
Efeito de Cisão	(63,3)
Efeito da Incorporação	205,1
Constituição de reserva legal	(12,0)
Base para pagamento de dividendos	571,2
Dividendos intermediários distribuídos	107,4
Dividendos mínimo obrigatório - complemento	35,4
Dividendo complementar excedentes ao mínimo obrigatório	428,4
Total Distribuído	571,2

Em vista do resultado apresentado acima e das estimativas de geração de caixa, a administração da AES Tietê Energia propõe a destinação dos resultados do exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, face à apuração de lucro líquido da controlada no montante de R\$ 393,6 milhões, que acrescido do ajuste de avaliação patrimonial, no valor de R\$ 46,2 milhões, dos dividendos e juros sobre capital próprio prescritos de controladas, no valor de 1,6 milhão e da incorporação da AES Tietê e outras companhias conforme anteriormente referenciado na seção “Reestruturação Societária / Estrutura Acionária”, no valor de R\$ 205,1 milhões, e deduzido à constituição de reserva legal, no valor de R\$ 12,0 milhões, e do patrimônio cindido para a Brasileira Participações, no valor de R\$ 63,3 milhões, perfaz um subtotal a destinar de R\$ 571,2 milhões.

A destinação mencionada acima será proposta à aprovação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia (“AGO”), que ocorrerá até o dia 30 de abril de 2015, em conjunto com:

- (i) ratificação da distribuição de dividendos intermediários deliberados pelo Conselho de Administração da AES Tietê Energia realizada em 07 de agosto de 2015 no montante de R\$ 68,0 milhões, correspondente a R\$0,10461 por ação ordinária e preferencial e R\$0,09293 por Unit. O pagamento foi realizado em 25 de setembro de 2015;
- (ii) ratificação da distribuição de dividendos intermediários deliberados pelo Conselho de Administração da AES Tietê Energia realizada em 04 de novembro de 2015 no montante de R\$39,4 milhões, correspondente a R\$0,06056 por ação ordinária e preferencial. O pagamento foi realizado em 26 de novembro de 2015, em benefício da AES Holdings Brasil e BNDESPAR;
- (iii) ratificação da distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$88,5 milhões à conta de reserva de lucros - estatutária, correspondente a R\$0,13615 por ação ordinária e preferencial. O pagamento foi realizado em 25 de maio de 2015, em benefício da AES Holdings Brasil e BNDESPAR;

Atos posteriores à reorganização:

- (i) aprovação da distribuição de dividendos mínimos no valor de R\$35,4 milhões, correspondente a R\$ 0,01859 por ação ordinária e preferencial, em atendimento às disposições da Lei n° 6.404/1976. Por se tratar de uma obrigação legal, essa proposta de dividendos foi registrada em conta específica no passivo circulante da AES Tietê Energia; e,
- (ii) aprovação da distribuição de dividendos complementares ao mínimo obrigatório no valor de R\$ 428,4 milhões, correspondente a R\$0,22472 por ação ordinária e preferencial. Esse valor está classificado no patrimônio líquido sob a rubrica “proposta de distribuição de dividendos adicionais”, uma vez que seu pagamento depende de aprovação pelos acionistas da AES Tietê Energia
- (iii) Para fins de comparabilidade, a tabela a seguir apresenta uma estimativa da proposta de distribuição de dividendos com base no lucro líquido do exercício de 2015 da AES Tietê, caso a reestruturação societária não tivesse sido implementada. Como é possível observar, o dividendo complementar a distribuir seria inferior em R\$ 31,7 milhões principalmente em função do aumento da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, permitindo a constituição de crédito tributário adicional no montante de R\$ 43,7 milhões na AES Tietê Energia, conforme demonstrado nota explicativa n° 8 das Demonstrações Financeiras. O saldo remanescente de R\$ 12 milhões foi destinado à reserva legal.

Estimativa - Dividendos AES Tietê 2015 (R\$ Milhões)	
Lucro do Exercício - 31 de Dezembro de 2015	726,3
Prejuízo acumulado - 31 de Dezembro de 2014	- 82,9
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	63,2
Ajuste por conta de dividendos prescritos	0,7
Constituição de reserva legal	- 17,9
Base para pagamento de dividendos	689,4
Dividendos intermediários distribuídos	257,3
Dividendo complementar a distribuir	432,1

As informações a seguir são focadas na AES Tietê visto que anteriormente a Companhia tinha como objetivo a participação em outras sociedades. Somente após os eventos da reorganização societária, implementada em 31 de dezembro de 2015, a Companhia assumiu as atividades da incorporada, a AES Tietê.

ENDIVIDAMENTO

Dívidas	Montante	Vencimento	em R\$ milhões
			Custo Nominal
2ª Emissão de Debêntures	499,9	mai/19	CDI + 0,79 a.a.
3ª Emissão de Debêntures	307,1	mar/20	108,20% CDI
4ª Emissão de Debêntures - 1ª série	143,8	dez/16	CDI + 1,55 a.a.
4ª Emissão de Debêntures - 2ª série	149,0	dez/18	CDI + 2,15 a.a.
4ª Emissão de Debêntures - 3ª série	291,0	dez/20	IPCA + 8,43% a.a.

A dívida bruta da AES Tietê Energia totalizava R\$ 1.391,7 milhões em 31 de dezembro de 2015, valor 14,3% inferior à posição da dívida bruta em 31 de dezembro de 2014 (R\$1.623,0 milhões). Essa variação é resultado da liquidação da 1ª emissão de debêntures no dia 01 de abril de 2015, com amortização no valor de R\$ 300 milhões, e a liquidação da 2ª emissão de notas promissórias no dia 17 de dezembro de 2015, com amortização no valor de R\$ 500 milhões, parcialmente compensados pela 4ª emissão de debêntures no valor total de R\$ 594 milhões.

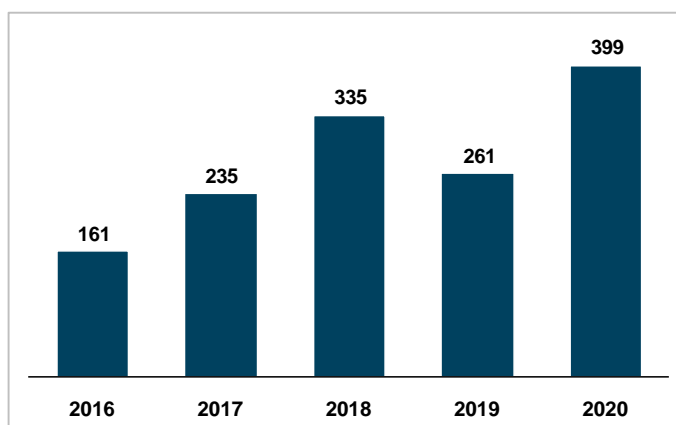
Os recursos captados por meio da 4ª emissão de debêntures foram utilizados para refinanciamento de dívidas e investimentos da AES Tietê Energia.

Em 2015 as disponibilidades somavam 746,8 milhões, montante 245,3 milhões superior ao registrado no mesmo período de 2014 (R\$ 501,4 milhões). Assim, a dívida líquida ao final de 2015 era de R\$ 644,9 milhões, montante 42,5% inferior em relação à posição final de 2014 (R\$ 1.121,6 milhão), em função, principalmente, da queda da dívida bruta e do aumento das disponibilidades.

Destaca-se que os saldos de dívida registrados em 31 de dezembro de 2015, em função da Reestruturação Societária anteriormente descrita, foram incorporadas pela AES Tietê Energia.

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de amortização da dívida da AES Tietê Energia até 2020.

Cronograma de amortização da dívida¹⁰ (R\$ milhões)



¹⁰ Fluxo composto por amortização de principal, juros acruados e saldo de diferidos, conforme “Nota Explicativa 16” das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Covenants

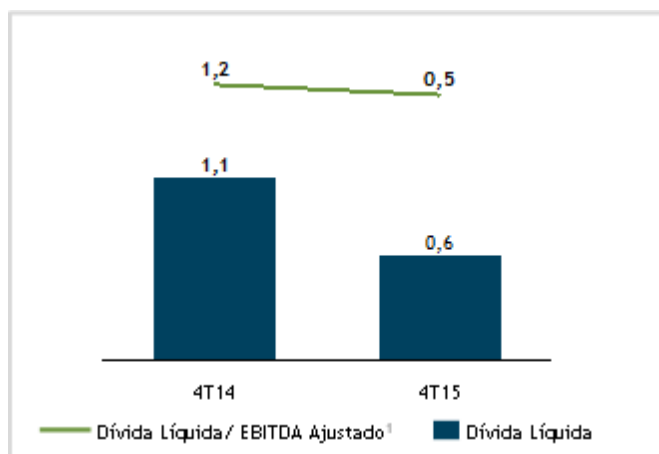
Os covenants das dívidas da AES Tietê Energia consideram o índice Dívida Líquida / EBITDA Ajustado¹¹, que não pode ser superior a 3,5x. O índice Dívida Líquida / EBITDA Ajustado encerrou o trimestre dentro do limite estabelecido, em 0,46x.

Ressalta-se que a redução no índice de endividamento no comparativo entre o 4T15 e o 4T14 é reflexo do:

- (i) aumento do EBITDA Ajustado, em função do aumento do rebaixamento do MRE e estratégia de sazonalização distinta adotada em 2014;
- (ii) aumento do caixa no 4T15, em função da postergação de pagamento de dividendos e aplicação de liminar que impede que o GSF seja alocado aos geradores detentores da liminar, obtida em 01 de junho de 2015;
- (iii) queda do endividamento bruto no período, em função da 2ª emissão de Notas Promissórias realizada no final do ano de 2014, onde parte dos recursos foram utilizados para a amortização da 1ª emissão de debêntures, que ocorreu em abril de 2015.

Todas as emissões também consideram um covenant de cobertura de juros (EBITDA Ajustado / Despesas Financeiras), que não pode ser inferior a 1,75x. Ao final do 4T15, esse indicador estava em 6,32x.

Dívida Líquida (R\$ bilhões)

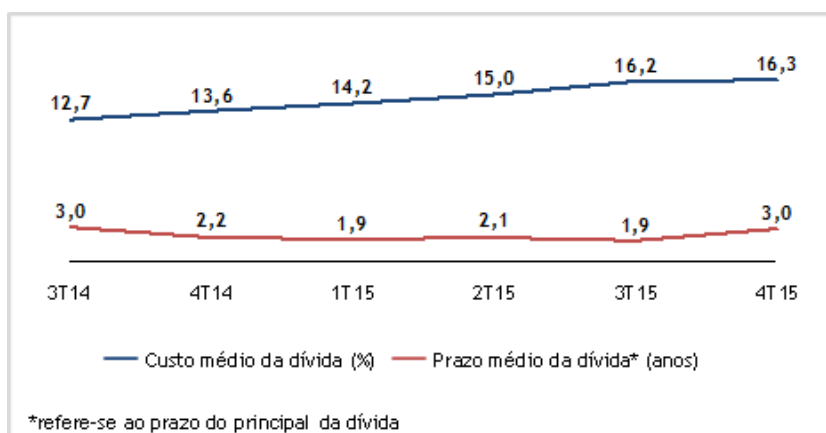


O custo médio da dívida da Companhia em dezembro de 2015 era de 16,3% ao ano, em comparação a 13,6% no mesmo período de 2014. Esse crescimento decorre, principalmente, do aumento da curva incidente do CDI (14,14% no 4T15 frente a 11,57% no 4T14), adicionada a essa alta, tivemos a 4ª emissão de debêntures no período, com remuneração superior à das dívidas vigentes em dezembro de 2014.

O prazo médio da dívida consolidada no 4T15 foi de 3,0 anos, superior ao mesmo período de 2014, que era de 2,2 anos.

¹¹ EBITDA Ajustado significa o somatório dos últimos doze meses (i) do resultado operacional conforme apresentado no demonstrativo contábil consolidado da Emissora na linha “Resultado Operacional” (excluindo as receitas e despesas financeiras), (ii) todos os montantes de depreciação e amortização, e (iii) todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada.

Custo e prazo médio da dívida

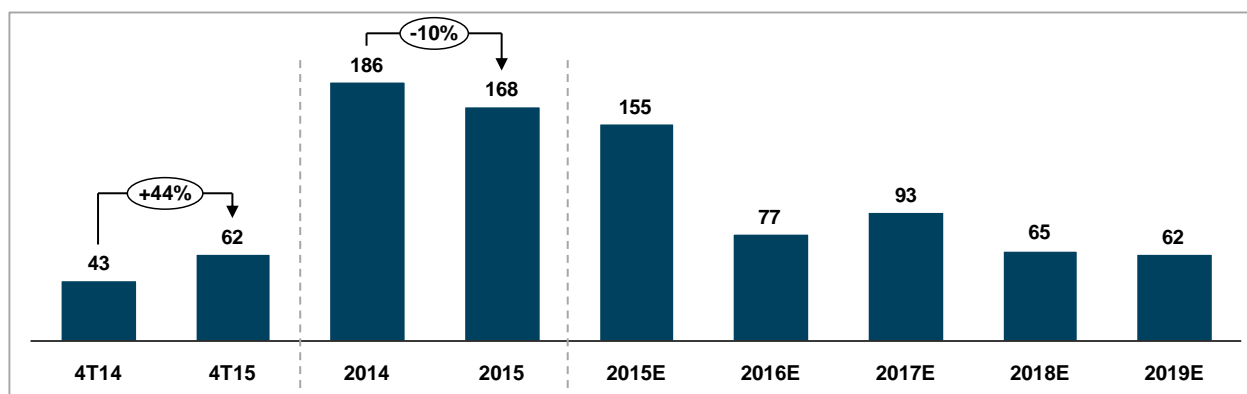


INVESTIMENTOS

Os investimentos da AES Tietê somaram R\$ 62,1 milhões no 4T15, valor 57,3% acima do montante investido no 3T15 (R\$ 39,5 milhões). Desse total, R\$ 41,2 milhões foram destinados à modernização e manutenção preventiva das usinas, com destaque para Água Vermelha (R\$ 21,7 milhões), Barra Bonita (R\$ 7,3 milhões), Bariri (R\$ 6,6 milhões) e Ibitinga (R\$ 3,6 milhões). Além da manutenção, R\$ 8,7 milhões foram destinados a projetos de Tecnologia da Informação em busca da otimização de processos operacionais internos.

Os investimentos em 2015 somaram R\$ 167,7 milhões, montante 9,8% inferior ao valor investido em 2014 (R\$ 185,9 milhões) e em linha com o valor projetado para o ano de 2015, que era de R\$ 155,2 milhões. A principal destinação dos investimentos é para a modernização e manutenção preventiva das usinas de Água Vermelha, Barra Bonita e Bariri para a manutenção das suas condições operacionais e para assegurar a disponibilidade de geração de energia, resultando em ganhos de produtividade, eficiência e maior geração de receita nos próximos anos.

Histórico e projeção de Investimentos (R\$ milhões)



Plano de Investimento

A Companhia prevê investir R\$ 451,7 milhões no período de 2015 até 2019, principalmente em modernização nas usinas hidrelétricas, visando a melhoria contínua das condições operacionais e garantir a disponibilidade de geração de energia em suas usinas.

FLUXO DE CAIXA GERENCIAL

FLUXO DE CAIXA - R\$ Milhões	4T14	4T15	2014	2015
Saldo inicial de caixa	223	423	457	501
Geração Operacional de Caixa	(109)	409	1.187	1.248
Investimentos	(41)	(42)	(173)	(137)
Despesas Financeiras Líquidas	(38)	(93)	(94)	(162)
Amortização Líquida	500	67	499	(233)
Imposto de Renda	(33)	(24)	(483)	(220)
Caixa Livre	279	317	936	496
Dividendos e JSCP	-	-	(892)	(257)
Saldo final de caixa	501	740	501	740

O fluxo de caixa livre foi positivo em R\$ 317,1 milhões no 4T15, montante R\$ 38,4 milhões superior ao registrado no 4T14. Esse desempenho se deve:

- (i) ao aumento de R\$ 517,4 milhões na geração de caixa operacional, reflexo do menor impacto do GSF (menor volume e preço spot em 2015) e aplicação de liminar que impede que o GSF seja alocado aos geradores detentores da liminar, obtida em 01 de junho de 2015 e aumento do preço do contrato com a AES Eletropaulo;
- (ii) emissão de nota promissória em dezembro de 2014, no valor de R\$ 500 milhões;
- (iii) aumento das despesas financeiras líquidas na comparação trimestral, resultado do aumento de juros no período.

Dessa forma, o saldo final de caixa no 4T15 atingiu R\$ 739,6 milhões versus R\$ 501,4 milhões no 4T14.

No acumulado do ano de 2015, o fluxo de caixa livre foi de R\$ 495,5 milhões, montante R\$ 440,9 milhões inferior ao registrado em 2014. Esse desempenho se deve:

- (i) à variação negativa das amortizações líquidas no montante de R\$ 731,9 milhões, em função da liquidação da 1ª emissão de debêntures e 2ª emissão de notas promissórias, emitidas em dezembro de 2014 e amortizadas em dezembro de 2015, parcialmente compensados pela 4ª emissão de debêntures;
- (ii) menor despesa com imposto de renda em R\$ 262,4 milhões, em função do menor resultado entre os períodos comparados.

Como resultado, o saldo do caixa totalizou R\$ 739,6 milhões em 2015 versus R\$ 501,4 milhões em 2014.

MERCADO DE CAPITALIS

Até 31 de dezembro de 2015, antes da efetivação da Reestruturação Societária, as ações da AES Tietê eram negociadas no mercado tradicional da BM&FBovespa sob os códigos GETI3 (ordinárias) e GETI4 (preferenciais). A Companhia também possuía ADRs Nível I negociadas no mercado de balcão norte-americano sob os códigos AESAY (ordinárias) e AESYY (preferenciais).

As ações da AES Tietê integram o Índice de Energia Elétrica (“IEE”), que tem como objetivo medir o desempenho do setor elétrico, além do Índice de Sustentabilidade Empresarial (“ISE”) da BM&FBovespa, que reúne as empresas que apresentam os melhores desempenhos sob o aspecto da sustentabilidade. A AES Tietê integra esse índice desde 2007, o que reflete o reconhecimento do seu comprometimento com a responsabilidade social e sustentabilidade empresarial. As ações preferenciais da Companhia integram o Índice Brasil (IBrX) que mede o desempenho das ações mais negociadas na bolsa. As ações da Companhia também integram o Índice de Dividendos (IDIV), responsável por medir o comportamento das ações de empresas que se destacaram em termo de remuneração dos investidores.

A partir do dia 04 de janeiro de 2016, como resultado da Reestruturação Societária, a Companhia passou a negociar units (certificados de depósito de ações). Cada unit representa uma ação ordinária e quatro ações preferenciais de emissão da Companhia.

Com a reestruturação, a Companhia migrou para o Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBovespa.

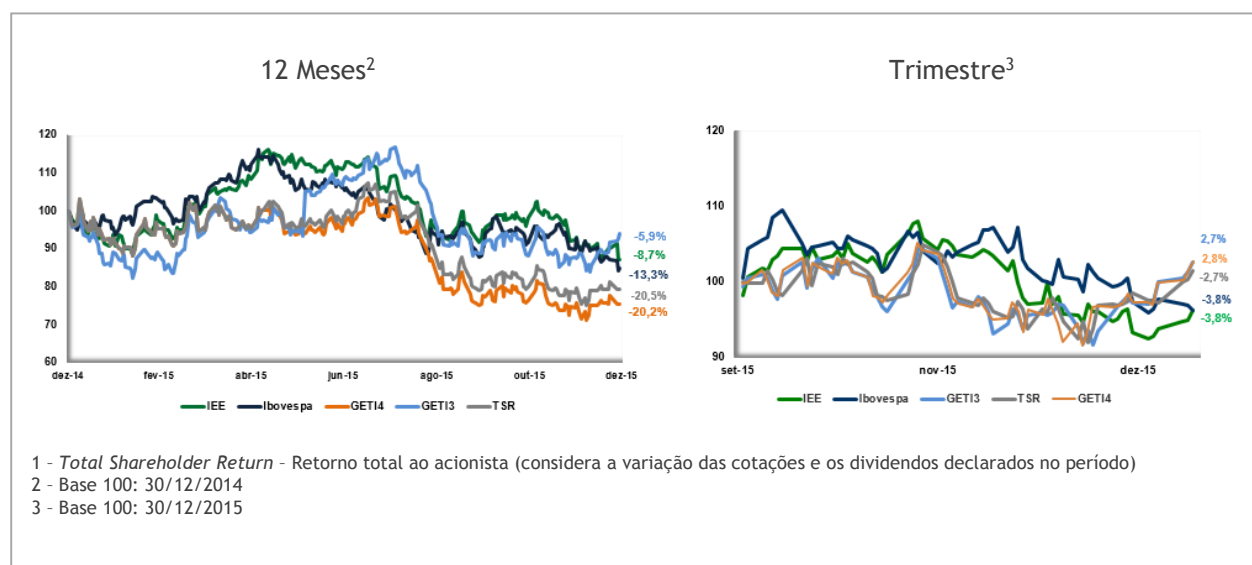
DESEMPENHO DAS AÇÕES

As ações preferenciais e ordinárias da AES Tietê encerraram o 4T15 cotadas a R\$ 14,36 e R\$ 14,45, respectivamente. No trimestre, as ações preferenciais tiveram valorização de 2,8% comparado com o 3T15 e as ordinárias desvalorizaram 2,7%. O TSR (índice que indica o total de retorno ao acionista das ações preferenciais) apresentou desvalorização de 2,7%. No mesmo período, o Ibovespa registrou perdas de 3,8% e o IEE registrou perdas de 3,8%.

Ao longo de 2015 foram realizados 1.233.234,15 negócios, sendo 858.553 envolvendo ações preferenciais (42,1% acima do total das ações preferenciais negociadas em 2014), e 419.985 negociações com ações ordinárias da Companhia (65% acima do total registrado em 2014). Em 31 de dezembro de 2015, o valor de mercado da AES Tietê era de R\$ 5,5 milhões.

Nos últimos 12 meses, as ações preferenciais e ordinárias da AES Tietê registraram queda de 20,2% e queda de 5,9%, respectivamente. O desempenho do papel no período refletiu principalmente as incertezas sobre a repactuação do risco hidrológico - GSF junto à ANEEL durante o período. No mesmo período, o índice TSR da Companhia teve queda de 20,5%, o índice Bovespa apresentou desvalorização de 13,3% e o IEE apresentou desvalorização de 8,7%.

AES Tietê x Ibovespa x IEE x TSR¹
Base 100



As ações negociadas no mercado de balcão norte-americano (ADR's) sob os códigos AESAY (ordinárias) e AESYY (preferenciais) encerraram o mês de setembro cotadas a US\$ 3,70 e US\$ 3,62 respectivamente. No trimestre, as ADR's ordinárias registraram aumento de 6,9% e as ADR's preferenciais registraram aumento de 5,2%, seguindo a tendência de valorização das ações da Companhia no mercado local.

DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL

SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE

Um dos principais desempenhos socioambientais da AES Tietê está relacionado com a segurança de colaboradores próprios, contratados e população. Não foi registrado nenhum acidente com a população no entorno das usinas em 2015.

O aumento na taxa de frequência (TF) de acidentes com colaboradores próprios de 0x em 2014 para 1,57x em 2015 se deve a uma ocorrência que gerou uma lesão de baixa significância em um colaborador da área administrativa.

A taxa de frequência (TF) com colaboradores contratados foi 71% menor do que em 2014 (9,62x vs. 2,82x) devido à intensificação das inspeções de segurança, que aumentou a aderência à cultura de segurança por parte dos colaboradores.

Quanto ao desempenho ambiental, um dos principais indicadores de acompanhamento é o que mede o índice de reciclagem, recuperação e reutilização de resíduos. Em 2015, esse índice foi de 99%, superior à meta definida até 2019.

A redução do consumo próprio de energia elétrica da AES Tietê contribuiu para evitar aproximadamente 169 mil toneladas de emissões CO₂e¹² em relação ao mesmo período de 2014. No acumulado do ano, foi evitada a emissão de 313 mil toneladas de emissões CO₂e.

Meta	Indicador de Desempenho	2013	2014	2015	4T14	4T15
Zero acidente fatal com colaboradores próprios e contratados	Número de acidentes fatais	-	-	-	-	-
Reduzir em 10% as taxas de frequência e de gravidade com colaboradores próprios e contratados em 2015	TF próprios	-	-	1,57	0,00	1,57
	TF contratados	5,05	9,62	2,82	9,62	2,82
	TG próprios	-	-	0,00	0,00	0,00
Zero acidentes com a população	TG contratados	-	-	0,00	0,00	0,00
	Número de acidentes fatais	-	-	-	-	-
Reciclar, recuperar e reutilizar 98% dos resíduos até 2019	Numero de acidentes totais	-	-	-	-	-
	Índice da soma de resíduos reciclados, recuperados e reutilizados/Total de resíduos gerenciáveis gerados	95%	98%	99%	ND	ND
Evitar as emissões de CO ₂ e a partir da redução de 2,7 mil MWh de energia referente ao consumo próprio até 2019	MWh de consumo próprio de energia elétrica*	7.532	12.975	10.281	3.862	2.507

*O acompanhamento das emissões de gases de efeito estufa pelo consumo próprio de energia das usinas restringe-se ao consumo dos alimentadores que estão ligados às subestações, apenas. Em consonância com a metodologia utilizada pelo Governo Federal para o cálculo do fator de emissão da matriz elétrica nacional, considera-se a energia proveniente do SIN (Sistema Interligado Nacional).

DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS

CRESCIMENTO

Um dos compromissos da AES Tietê, no novo Planejamento Estratégico Sustentável, é crescer com soluções sustentáveis de energia.

OBRIGAÇÃO DE EXPANSÃO

O Edital de Privatização da AES Tietê estabeleceu à Companhia a obrigação de expandir a capacidade instalada de seu sistema de geração em, no mínimo, 15% (aproximadamente 400 MW) no Estado de São Paulo, por intermédio de energia nova, no período de oito anos, a partir da assinatura do seu contrato de concessão, ocorrida em dezembro de 1999 (“Obrigação de Expansão”).

¹² O fator de emissão do mês de julho de 2015 foi utilizado para a estimativa de redução por ser o único valor publicado até a divulgação deste resultado.

Contudo, foram estabelecidas novas condições regulatórias, posteriormente à privatização, em especial a criação de um novo modelo do setor elétrico, por meio da publicação da Lei nº 10.848/2004, que dificultaram o cumprimento da Obrigação de Expansão, tal como originalmente concebida.

Com o novo modelo do setor, a AES Tietê passou a sujeitar-se às restrições para a comercialização de energia elétrica. A Companhia foi impedida de negociar contratos diretamente com as distribuidoras e essas, por sua vez, foram obrigadas a adquirir energia em leilões de energia nova, dificultando o cumprimento da Obrigação de Expansão por meio de novos empreendimentos construídos no Estado de São Paulo. Há ainda dificuldades regionais, tais como o baixo volume de recursos hídricos viáveis ainda inexplorados no estado e o potencial eólico e solar com menores fatores de capacidade em comparação com projetos em outros estados do País, o que dificulta a competitividade de projetos de geração de energia no Estado de São Paulo no atual modelo dos leilões.

Em setembro de 2011, a Companhia foi citada em uma ação ordinária na qual o Estado de São Paulo requereu que a AES Tietê cumprisse, em um prazo de 24 meses, a obrigação de expandir sua capacidade instalada. O juiz responsável pela ação ordinária concedeu liminar, determinando o início do decurso do prazo de 60 (sessenta) dias para a Companhia apresentar seu plano para o cumprimento da Obrigação de Expansão. A AES Tietê apresentou como plano de expansão da sua capacidade o projeto “Termo São Paulo”, com capacidade líquida de 503 MW.

Em dezembro de 2012, foi anexada ao processo a manifestação do Estado de São Paulo sobre o projeto apresentado pela AES Tietê, no qual se alega basicamente que: (i) o plano apresentado é consistente; (ii) não existe garantia do fornecimento de gás natural da Petrobrás, o que prejudicaria a execução do plano; (iii) a usina termelétrica não seria a única alternativa para cumprir a obrigação de expansão; (iv) mesmo que o gás seja fornecido pela Petrobrás, não há garantia de vitória no leilão (para a construção da usina) e tal fato (não vencer o leilão) não pode ser interpretado como uma justificativa para o não cumprimento da Obrigação de Expansão. O juízo de 1ª instância determinou que a AES Tietê se manifestasse sobre os comentários do Estado de São Paulo acerca do plano, bem como que as partes informassem se havia interesse na realização de uma audiência de tentativa de conciliação.

Em junho de 2013, a AES Tietê: (i) apresentou seus comentários sobre as considerações do Estado de São Paulo; (ii) apresentou laudo pericial elaborado pela PSR (consultoria especializada no setor elétrico brasileiro), relativo às dificuldades de cumprimento da Obrigação de Expansão no Estado de São Paulo, e (iii) informou seu interesse em uma audiência de conciliação.

Em agosto de 2013, as partes foram intimadas sobre a designação de uma audiência de conciliação para outubro de 2013. A audiência de conciliação foi realizada, tendo o juiz responsável pelo caso determinado a suspensão do processo até dezembro de 2013 para que as partes estudassem alternativas para expandir a capacidade de geração da AES Tietê, que não o plano de expansão anteriormente apresentado em juízo pela Companhia, qual seja, o projeto Termo São Paulo.

Entre outubro e dezembro de 2013, a AES Tietê e o Estado de São Paulo se reuniram algumas vezes para discutir o potencial energético de diferentes fontes e estudar alternativas à Obrigação de Expansão.

Em março de 2014, foi publicada uma determinação do juízo para que as partes informassem se chegaram a uma composição, tendo tanto a Companhia, quanto o Estado de São Paulo, apresentado pedido de suspensão do processo por 60 dias, a fim de dar continuidade às negociações.

Em maio de 2014, a AES Tietê apresentou um novo pedido de suspensão do processo, tendo em vista as negociações com o Estado de São Paulo. Esse novo pedido foi apresentado antes de uma decisão relativa à suspensão de 60 dias anteriormente requerida por ambas as partes. Em agosto 2014 este novo pedido de suspensão foi aprovado e a AES Tietê trabalha atualmente no desenvolvimento do plano de expansão a ser apresentado ao Estado de São Paulo.

Em abril de 2015, após o juiz solicitar a Companhia e ao Estado de São Paulo a apresentação de uma manifestação acerca da conclusão do período de suspensão, a Companhia apresentou novo pedido de suspensão do processo por 90 dias, considerando que as negociações com o Estado de São Paulo avançaram positivamente.

Em julho de 2015, foi realizada audiência para tentativa de conciliação entre as partes. Nesta ocasião, as partes requereram em conjunto a suspensão do processo por 30 dias, o que foi deferido. Durante este período as partes tentaram encontrar opções para cumprir com a obrigação de expansão da capacidade, mas não lograram êxito.

Em vista disso, a AES Tietê apresentou petição informando que não foi obtido acordo e requerendo a produção de provas, especialmente pericial.

Esforços em andamento para cumprimento da Obrigação de Expansão

Para cumprir com o requerimento de expansão, a Companhia segue desenvolvendo o projeto Termo São Paulo, que consiste na construção de uma termelétrica a gás natural, com capacidade líquida de geração de aproximadamente 503 MW, com licenciamento ambiental prévio vigente.

Além do projeto Termo São Paulo, a Companhia adquiriu a opção de compra de um projeto de usina termelétrica, com capacidade líquida de 579 MW, a ser instalada no interior do Estado de São Paulo. Com isso, foi garantida exclusividade para avaliação do projeto nos próximos anos e a possibilidade de adequá-lo aos padrões de desenvolvimento de negócios da AES Tietê. A Companhia acredita que exista potencial de sinergia e redução de custos caso os dois projetos sejam executados simultaneamente.

Além disso, a AES Tietê vem trabalhando no desenvolvimento de um plano de expansão mais amplo através de outros projetos de geração de energia no estado de São Paulo.

Atualmente a AES Tietê está desenvolvendo um projeto solar denominado Água Vermelha II de 150 MW (AGV II) localizado no município de Ouroeste no Estado de São Paulo, a aproximadamente 3 km da usina hidrelétrica de Água Vermelha da AES Tietê. O projeto AGV II já possui contrato de arrendamento de terra assinado e a expectativa para emissão da licença ambiental prévia pelo órgão ambiental é abril de 2016. Este projeto está sendo desenvolvido para participar de leilões de energia do governo federal em 2016.

Contribuíram para o cumprimento da Obrigação de Expansão, a PCH São Joaquim (3 MW), finalizada em julho de 2011, e a PCH São José (4 MW), finalizada em março de 2012, além de dois contratos de longo prazo de compra de energia provenientes de biomassa de cana-de-açúcar, que totalizam 10 MW médios.

OUTRAS INICIATIVAS - GERAÇÃO

A Companhia trabalha com outras iniciativas para expandir e diversificar a sua capacidade instalada.

Destaca-se o projeto solar fotovoltaico de capacidade instalada de 30MW denominado Água Vermelha I (AGV I), localizada no município de Iturama, no Estado de Minas Gerais.

O projeto localiza-se na área da UHE Água Vermelha e foi habilitado para leilões de Energia Reserva realizados em 2014 e 2015, não obtendo sucesso devido à dificuldade de conseguir estabelecer contratos com fornecedores de equipamentos produzidos nacionalmente e com isso obter financiamento a custos reduzidos. O projeto também participará nos leilões de Energia de Reserva de 2016.

Em paralelo, a empresa segue trabalhando ativamente na expansão de sua capacidade instalada através de projetos eólicos com capacidade instalada superior a 250MW. Estes projetos estão alinhados com a estratégia de desenvolver oportunidades adjacentes aos seus negócios, criando valor por meio de sinergias operacionais e economia de escala.

ENGAJAMENTO DE PÚBLICOS DE RELACIONAMENTO

COLABORADORES, FORNECEDORES E COMUNIDADES

A AES Brasil tem como compromisso promover avanços no setor, educar a população para o consumo consciente e desenvolver colaboradores, parceiros e comunidades.

Um dos objetivos da AES Tietê é a retenção de seus colaboradores, que contribui para a meta de manter em 90% de satisfação no ambiente de trabalho até 2019, patamar atingido em 2014. Para tanto, um dos

principais indicadores é a rotatividade, que apresentou redução em 2015 em relação a 2014, alcançando 2,86%, frente a 2,90%.

No compromisso de desenvolver seus fornecedores, a AES Tietê monitora o desempenho das empresas por meio do Índice de Desenvolvimento de Fornecedores (IDF)¹³. Em 2015, 84% dos fornecedores apresentaram IDF igual ou acima de 75 (sendo que 100 é a pontuação máxima), frente a 81% em 2014. O IDF estabelece a obrigatoriedade da implementação de planos de ação/recuperação para os fornecedores cujo resultado da avaliação atingiu nota inferior a 70 pontos. Um comitê de avaliação toma decisões sobre planos de ação que devem ser implementados junto aos fornecedores que apresentam uma recorrência de má avaliação. Os fornecedores recebem o resultado das avaliações aberto por critério, acompanhados dos planos na íntegra.

Nas comunidades onde a AES Tietê atua, cerca de 1.970 crianças e jovens foram atendidos pelas Casas de Cultura e Cidadania nos municípios de Lins, Barra Bonita, Caconde e São José do Rio Pardo e participaram de ações de educação para o consumo consciente em 2015. Esse número é inferior a 2014 (2.485), devido à redução do número de vagas oferecidas pelas Casas de Cultura e Cidadania na área de concessão da AES Tietê em função da redução dos incentivos fiscais, decorrentes do resultado da companhia ao final de 2014.

Meta	Indicador de desempenho	2014	2015
Manter índice de 90% de satisfação no ambiente de trabalho até 2019	Rotatividade	2,90%	2,86%
Ter 85% dos fornecedores com IDF igual ou acima de 75 até 2019	% de fornecedores com IDF igual ou acima de 75	81%	84%
Educar 2 mil pessoas e influenciar a mudança de hábito para o consumo consciente de 70% em 2015	Número de pessoas que participaram de ações de educação para o consumo consciente *	2.485	1.970

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa é o sistema pelo qual uma Companhia é controlada e monitorada e envolve as práticas e os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, conselho fiscal e diretoria. A adoção de boas práticas de governança é essencial para a gestão estratégica e eficiente do negócio. Com foco na criação de valor para seus acionistas, a Companhia continuamente trabalha para aprimorar suas práticas.

No âmbito interno, a AES Tietê é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. O Conselho de Administração é responsável pelo planejamento e pelas questões estratégicas da empresa. Atualmente, o Conselho de Administração é composto por treze membros, sendo sete membros efetivos e seis membros suplentes. Dentre os seus membros, cinco efetivos e respectivos suplentes foram indicados pelo acionista controlador, um efetivo e respectivo suplente pela BNDES Participações S.A. - BNDESPAR e um é membro efetivo é independente. O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração se encerrará na data da realização da Assembleia Geral que examinará as contas da administração da Companhia referentes ao exercício social que findará em 31 de dezembro de 2017.

A Diretoria é composta por 6 membros, incluindo o Diretor Presidente. Os membros da Diretoria Executiva desempenham suas funções de acordo com o objeto social da Companhia, conduzindo os negócios e

¹³ O cálculo do IDF é feito por meio de uma média ponderada considerando as notas atribuídas aos índices que medem a *performance* dos fornecedores e seus respectivos pesos.

¹⁶ AES possui 8 anos de experiência nesta tecnologia. Com mais de 340 MW de sistemas de armazenamento em operação, construção ou fase final de desenvolvimento, a AES possui o maior parque de armazenamento de energia com baterias e já está na 4ª geração da sua solução, o ADVANCIION.

operações com estrita observância das disposições do Estatuto Social, das decisões das Assembleias Gerais de Acionistas e do Conselho de Administração.

Atualmente, a Companhia possui um Conselho Fiscal, que tem como principal função fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários. Além disso, o Conselho Fiscal também é responsável por analisar trimestralmente o balancete e as demonstrações contábeis elaboradas pela Companhia, opinar sobre o relatório anual da administração e as propostas dos órgãos da administração a serem submetidos em assembleia geral. O Conselho Fiscal da Companhia é atualmente composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, dos quais: dois efetivos e respectivos suplentes foram indicados pelo acionista controlador, um efetivo e respectivo suplente foi indicado pela BNDESPAR e dois efetivos e respectivos suplentes foram indicados pelos acionistas minoritários preferencialistas e ordinaristas da Companhia.

Além de ter sua gestão administrativa fiscalizada pelo Conselho Fiscal, para atendimento à Lei Sarbanes-Oxley, a AES Tietê Energia avalia anualmente seu ambiente de controles internos com o objetivo de garantir acuracidade e transparência em suas demonstrações financeiras.

TRANSPARÊNCIA E ÉTICA

O Programa de Ética e Compliance da AES Brasil foi criado a partir do compromisso da empresa com a transparência e com a asseguarção da conduta ética em todos os seus negócios, bem como visando atender às legislações nacionais e estrangeiras aplicáveis. As iniciativas desenvolvidas no âmbito do programa visam resguardar os mais elevados níveis de integridade e de valores éticos junto a todos os públicos de relacionamento do Grupo.

O programa de educação e treinamento conta com diversas iniciativas relacionadas aos temas de Ética, Compliance, Valores Corporativos e Anticorrupção, entre outros, para colaboradores de todos os níveis hierárquicos das empresas.

Além disso, a AES Brasil conta com o AES Helpline, um canal de comunicação aberto a todos os públicos de relacionamento do Grupo e disponível 24 horas por dia e 365 dias do ano para receber e tratar alegações de desvio ético ou dúvidas relacionadas aos Valores da empresa.

COMPLIANCE CONTRATUAL

A AES Tietê está comprometida em conduzir negócios éticos com seus parceiros comerciais. Como parte do Programa de Ética e Compliance, antes de a empresa se engajar em qualquer transação comercial, a due diligence de compliance é conduzida para avaliar riscos de novos negócios com potenciais parceiros, prestadores de serviços ou fornecedores. Para tanto, a companhia realiza o mapeamento desses riscos de acordo com a legislação anticorrupção norte americana Foreign Corrupt Practices Act (FCPA), a Lei Anticorrupção Brasileira e as demais determinações e vedações do quadro legal brasileiro.

Declarações contidas neste documento relativas a perspectivas dos negócios da AES Tietê, projeções de resultados operacionais e financeiros e ao potencial de crescimento da Empresa, constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas expectativas da administração em relação ao futuro da Companhia. Essas expectativas são altamente dependentes de mudanças no mercado, do desempenho econômico do Brasil, do setor elétrico e do mercado internacional, estando, portanto, sujeitas a mudanças.

EQUIPE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

CONTATOS

Gerência de Relações com Investidores Tel.: (11) 2195-7048		
Gerente de RI	E-mail	Telefone
Isabela Klemes Taveira	isabela.taveira@aes.com	(11) 2195-2212
Analistas de RI	E-mail	Telefone
Gabriela Rigo Bussotti	gabriela.bussotti@aes.com	(11) 2195-7433
Juliana Costa Affonso	juliana.costa@aes.com	(11) 2195-4092
ri.aestiete.com.br ri.aestiete@aes.com		

ANEXOS - AES Tietê S.A.

DADOS CONSOLIDADOS - R\$ mil

CONSOLIDADO		
ATIVO	31.12.2014	31.12.2015
ATIVO CIRCULANTE	937.899	1.165.457
DISPONIBILIDADES	501.424	739.339
Caixa e bancos	533	558
Aplicações financeiras	500.891	738.781
CRÉDITOS	330.742	300.033
Revendedores	34.088	27.697
Outras contas a receber	296.028	271.814
Devedores diversos	626	522
OUTROS	105.733	126.085
Tributos e contribuições sociais	10.774	10.020
Tributos a recuperar	64.291	113.731
Outros créditos	28.437	1.747
Despesas pagas antecipadamente	2.231	587
ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.312.551	3.451.399
Tributos e contribuições sociais diferidos	79.852	179.860
Outros tributos compensáveis	791	789
Cauções e depósitos vinculados	4.040	37.008
Outros créditos	12.660	44
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.609)	-
Imobilizado	3.148.769	3.145.358
Intangível	79.048	75.265
Revendedores	-	13.075
TOTAL DO ATIVO	4.250.450	4.616.856

CONSOLIDADO		
PASSIVO	31.12.2014	31.12.2015
PASSIVO CIRCULANTE	1.516.875	879.101
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	826.576	160.597
Empréstimos e financiamentos	501.267	314
Encargos de dívidas	325.309	160.283
FORNECEDORES	486.074	350.676
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	152.955	312.568
DIVIDENDOS PROPOSTOS E DECLARADOS	2.119	1.396
PROVISÕES	24.142	24.104
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	8.171	10.014
Provisão para litígios e contingências	15.971	14.090
OUTRAS CONTAS A PAGAR	25.009	29.760
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.369.086	1.794.434
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	796.443	1.231.061
PROVISÕES PARA LITÍGIOS E CONTINGÊNCIAS	53.175	76.823
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS	509.718	473.166
PROVISÃO PARA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	9.458	9.591
OUTROS	292	3.793
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.364.489	1.943.321
Capital Social	207.227	207.227
Reservas de Capital	254.172	362.966
Reservas de Lucro - Legal	-	17.905
Ajuste de avaliação patrimonial	986.016	923.107
Dividendos adicional propostos	-	-
Lucros acumulados	(82.926)	432.116
TOTAL DO PASSIVO	4.250.450	4.616.856

Demonstração dos Resultados	4T14	4T15	Var (%) 4T15 x 4T14	2014	2015	Var (%) 2015 x 2014
Receita Operacional Bruta*	946.511	671.731	-29,0%	3.430.957	2.779.248	-19,0%
Suprimento e Transporte de Energia	945.503	671.714	-29,0%	3.429.721	2.778.977	-19,0%
Outras Receitas	1.008	17	-98,3%	1.236	271	-78,0%
Deduções da Receita Operacional	(59.717)	(34.840)	-41,7%	(225.950)	(153.427)	-32,1%
Receita Operacional Líquida	886.794	636.891	-28,2%	3.205.007	2.625.821	-18,1%
Custos do Serviço de Energia Elétrica*	(969.193)	(275.749)	-71,5%	(2.454.636)	(1.393.437)	-43,2%
Pessoal	(19.052)	(22.369)	17,4%	(75.351)	(82.181)	9,1%
Entidade de Previdência Privada	(868)	(744)	-14,3%	(2.651)	(2.577)	-2,8%
Material	(1.670)	(1.827)	9,4%	(5.491)	(6.693)	21,9%
Serviços de Terceiros	(23.104)	(29.584)	28,0%	(86.067)	(79.893)	-7,2%
Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos	(10.161)	(14.596)	43,6%	(41.085)	(44.600)	8,6%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(828.745)	(116.117)	-86,0%	(1.946.683)	(852.506)	-56,2%
Transmissão e Conexão	(25.222)	(30.122)	19,4%	(98.427)	(114.879)	16,7%
Taxa de Fiscalização/Encargos	(1.251)	(1.539)	23,0%	(5.004)	(6.155)	23,0%
Depreciação e Amortização	(45.502)	(42.849)	-5,8%	(167.515)	(169.564)	1,2%
Provisões Operacionais	2.231	(47)	-102,1%	(489)	(4.654)	851,7%
Outras despesas (receitas) operacionais	(15.849)	(15.955)	0,7%	(25.873)	(29.735)	14,9%
Resultado do Serviço	(82.399)	361.142	-538,3%	750.371	1.232.384	64,2%
EBITDA	(36.897)	403.991	-1194,9%	917.886	1.401.948	52,7%
Receita (Despesa) Financeira	(42.176)	(25.419)	-39,7%	(78.612)	(146.111)	85,9%
Receitas Financeiras	3.417	26.119	664,4%	43.006	57.248	33,1%
Despesas Financeiras	(42.899)	(52.442)	22,2%	(118.466)	(186.802)	57,7%
Variações Monetárias/cambiais - líquidas	(2.694)	904	-133,6%	(3.152)	(16.557)	425,3%
Resultado Antes dos Tributos	(124.575)	335.723	-369,5%	671.759	1.086.273	61,7%
Provisão para IR e Contribuição Social	42.094	(113.883)	-370,5%	(245.252)	(387.983)	58,2%
Impostos Diferidos	6.340	10.683	68,5%	22.837	28.047	22,8%
Lucro Líquido do Exercício	(76.141)	232.523	-405,4%	449.344	726.337	61,6%

GLOSSÁRIO

ADR (American Depositary Receipt) - Recibos de ações de fora dos Estados Unidos negociados na Bolsa de Nova York. Como ações de companhias estrangeiras não podem ser negociadas diretamente no mercado americano, os papéis ficam sob custódia de uma instituição financeira, e seus recibos circulam na Bolsa de Nova York. Acabam acompanhando a variação das ações em seu país de origem e do câmbio entre os dois mercados.

ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) - Autarquia sob regime especial, que tem por finalidade regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica no Brasil, zelando pela qualidade do serviço prestado, pelo trato isonômico dispensado aos usuários e pelo controle da razoabilidade das tarifas cobradas aos consumidores, preservando a viabilidade econômica e financeira dos agentes e da indústria.

Capacidade instalada dos sistemas interligados - É o somatório das potências nominais das centrais geradoras e instalações de importação de energia em cada um dos sistemas interligados das regiões Norte/Nordeste e Sul/Sudeste/Centro-Oeste. Neste último caso não é considerada a potência nominal relativa à Itaipu Binacional.

Capacidade instalada nacional - É a soma das capacidades instaladas dos sistemas interligados, acrescida das capacidades instaladas dos sistemas isolados.

CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) - Pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos. Atua sob autorização do Poder Concedente e da regulação e fiscalização da ANEEL, com a finalidade de viabilizar as operações de compra e venda de energia elétrica entre os agentes da CCEE, restritos ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

CDI (Certificado de Depósito Interbancário) - Taxa de referência no mercado de juros, originada da média negociada entre instituições financeiras.

CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo) - Agência do governo responsável pelo controle, fiscalização, e licenciamento de atividades geradoras de poluição, com a preocupação de preservar e recuperar a qualidade das águas, do ar e do solo.

CFURH (Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos) - Instrumento que busca ressarcir financeiramente os municípios atingidos pela água dos reservatórios das hidrelétricas.

CNPE (Conselho Nacional de Política Energética) - Na condição de órgão de assessoramento do Presidente da República, o conselho formula políticas e diretrizes energéticas.

COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) - Contribuição federal, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas. Em geral é destinada a financiar a seguridade social.

CONER (Conta de Energia de Reserva) - Com o início da comercialização de Energia de Reserva, a CCEE passou a representar os agentes de consumo desse tipo de energia e a responder pela centralização da relação contratual entre as partes e pela gestão dos recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva (Coner).

Contrato bilateral - Instrumento jurídico que formaliza a compra e venda de energia elétrica entre agentes da CCEE, tendo por objeto estabelecer preços, prazos e montantes de suprimento em intervalos temporais determinados.

Covenants - Compromisso em um contrato de emissão de títulos, restringindo determinadas situações ou atividades com o objetivo de dar maior segurança ao financiador.

CVaR (Valor Condicionado a um Dado Risco) - Metodologia que considera os cenários hidrológicos mais desfavoráveis na definição da política de operação do sistema. A aplicação da metodologia embute o custo do despacho termelétrico no Preço de Liquidação das Diferenças, usado nas operações do mercado de curto prazo.

EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation & Amortization Expenses) - Resultados financeiros da empresa antes de serem subtraídos os juros, impostos, depreciação e despesas de amortização.

ENA (Energia Natural Afluente) - Medida em MW médios, é uma forma de apresentar a situação da vazão de um rio em um dado momento. Usualmente é calculada em percentual para mostrar se está acima ou abaixo da média histórica de longo termo (média mensal do histórico de 1931 a 2011).

Energia Secundária - Energia resultante do processamento de energia primária (que é natural e renova a si mesma) nos centros de transformação.

EPE (Empresa de Pesquisa Energética) - Empresa pública federal, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Órgão responsável pelo planejamento energético nacional, englobando geração, transmissão, distribuição, petróleo e gás.

ESS (Encargos de Serviços do Sistema) - Encargo setorial que representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do SIN para o atendimento do consumo da energia elétrica do Brasil.

Garantia Física (Garantia Assegurada) - É a quantidade máxima de produção de energia elétrica que pode ser mantida pelas usinas hidrelétricas durante um determinado período de tempo, admitindo a ocorrência de todo possível risco, como a variabilidade hidrológica.

GSF (Generation Scaling Factor/Fator de Ajuste da Garantia Física) - O percentual de energia que todos os participantes do MRE estão gerando em relação ao total da sua Garantia Física.

IEE (Índice de Energia Elétrica) - Índice setorial da BMF&BOVESPA que tem como objetivo medir o desempenho do setor de energia elétrica.

IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) - Medido mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o índice de inflação mensal calcula a variação dos preços no comércio, refletindo o custo de vida para famílias com renda mensal de 1 a 40 salários mínimos.

IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) - Índice de inflação mensal, medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que calcula a variação de preços no mercado de atacado, consumo, e construção civil, considerando inclusive produtos importados. O indicador apura as variações de preços de matérias-primas agrícolas e industriais no atacado e de bens e serviços finais no consumo.

ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) - Ferramenta para análise comparativa do desempenho das empresas listadas na BMF&BOVESPA sob o aspecto da sustentabilidade corporativa. Busca criar um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea e estimular a responsabilidade ética das corporações.

LP (Licença Ambiental Prévia) - Procedimento administrativo realizado pelo órgão ambiental competente, que pode ser federal, estadual ou municipal, para licenciar a instalação, ampliação, modificação e operação de atividades e empreendimentos que utilizam recursos naturais, que sejam potencialmente poluidores ou que possam causar degradação ambiental.

Mercado de curto prazo - Mercado que admite transações em que a entrega da mercadoria ocorre a curto prazo e o pagamento é feito à vista. É comum recorrer a este mercado para a obtenção de energia elétrica com urgência, normalmente devido à escassez do recurso, o que torna os preços elevados.

MRA (Mecanismo de Redução de Energia Assegurada) - Avalia se as usinas participantes do MRE cumpriram os requisitos de disponibilidade estabelecidos pelo ONS. A avaliação é feita por meio de uma comparação entre os parâmetros verificados de interrupções programadas e forçadas em relação aos parâmetros de referência estabelecidos pela ANEEL. Quando os valores verificados superam os valores de referência, há redução da Garantia Física da usina apenas para fins de aplicação do MRE, não reduzindo o recurso da usina que pode ser comercializado.

MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) - É direcionado a um pleno aproveitamento do parque produtivo, resultando num processo de transferência de energia entre geradores.

ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) - Pessoa jurídica de direito privado autorizada a executar as atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica nos sistemas interligados.

PCLD (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) - A provisão é realizada para cobrir perdas possíveis na cobrança das duplicatas a receber ou em outros créditos existentes na empresa. É constituída sempre que houver alguma evidência ou expectativa de perdas na realização destes créditos.

PIS (Programa de Integração Social) - Tem a finalidade de promover a integração do empregado com o desenvolvimento da empresa em que trabalha. Através do cadastramento no programa, o trabalhador recebe um número de inscrição que possibilita consulta e saques de benefícios sociais.

PLD (Preço da Liquidação das Diferenças) - Preço de curto prazo, pelo qual são liquidadas as diferenças entre a energia contratada e gerada. A volatilidade do preço está diretamente relacionada à dinâmica das afluências.

PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas) - Empreendimentos hidrelétricos com potência superior a 1.000 KW e igual ou inferior a 30.000 KW, com área total de reservatório igual ou inferior a 3,0 Km.

Sazonalização - A sazonalização admite que o volume de energia entregue à AES Eletropaulo varie ao longo do ano, de acordo com a demanda do mercado atendido por aquela companhia. A variação normalmente acontece de acordo com as diferentes estações climáticas do ano.

SGA (Sistema de Gestão Ambiental) - Busca identificar, controlar, e melhorar constantemente impactos ambientais.

SIN (Sistema Interligado Nacional) - Sistema hidrotérmico de grande porte, com forte predominância de usinas hidrelétricas, composto por usinas geradoras das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte do país. A operação no sistema é baseada na interdependência, integrando recursos hidrelétricos de geração e transmissão de energia para atender o mercado. A interligação viabiliza a troca de energia entre regiões com diferentes variações climáticas e hidrológicas, que tendem a ocasionar excedente ou escassez de produção. O sistema também prevê a redução de custos operativos e a minimização da produção térmica.

TAR (Tarifa Atualizada de Referência) - É utilizada para o cálculo da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos. A tarifa é reajustada anualmente com base no IPCA.

TUSDg (Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição para as geradoras) - Tarifa destinada ao pagamento pelo uso do sistema de distribuição.

VN (Valor Normativo) - Custo de referência para cotejamento entre preço de compra e o preço a ser repassado às tarifas.